

# BALANÇO DE GESTÃO

2010 | 2016

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE









# Sumário

**5**

APRESENTAÇÃO

**6**

CLIMA

**10**

FLORESTAS

**14**

EXTRATIVISMO E  
DESENVOLVIMENTO RUAL

**20**

CAR

**22**

BIODIVERSIDADE

**28**

RECURSOS HÍDRICOS

**34**

RECURSOS SÓLIDOS

**38**

QUALIDADE DO AR

**40**

LICENÇA AMBIENTAL

**42**

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

**44**

INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS

**48**

CIDADANIA AMBIENTAL

**50**

REDE MULHERES

**52**

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

**56**

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

**60**

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL



**República Federativa do Brasil**

**Presidenta**

Dilma Rousseff

**Ministério do Meio Ambiente**

**Ministra**

Izabella Teixeira

**Secretário Executivo**

Carlos Klink

**Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental**

José Domingos Gonzalez Miguez

**Secretária de Biodiversidade e Florestas**

Ana Cristina Fialho de Barros

**Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável**

Carlos Mário Guedes de Guedes

**Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano**

Cassandra Maroni Nunes

**Secretária substituta de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

Raquel Breda

**Agência Nacional de Águas**

**Diretor-Presidente**

Vicente Andreu Guillo

**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**

**Presidente**

Marilene Ramos

**Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**

**Presidente**

Cláudio Maretti

**Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro**

**Presidente**

Samyra Crespo

**Serviço Florestal Brasileiro**

**Diretor Geral**

Raimundo Deusdará Filho

**Coordenação Editorial**

Assessoria de Comunicação Social (Ascom/MMA)

**Imagens**

Paulo de Araújo/MMA , Jorge Cardoso/MMA, Martim Garcia/MMA,  
Jefferson Rudy/MMA, Banco de Imagens ANA e Banco de Imagens MMA

# Apresentação

Este balanço sintetiza a atuação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e suas vinculadas entre 2010 e 2016. É um relato das mudanças e das ações no âmbito das políticas públicas voltadas para o meio ambiente. No período, as dinâmicas social, ambiental e econômica motivaram transformações nas relações entre o MMA, as demais esferas governamentais e a sociedade civil.

Essas mudanças exigiram ajustes na estrutura organizacional do Ministério, gradativamente adaptadas para refletir os avanços e desafios da gestão ambiental. Ao mesmo tempo, foi necessário alterar o marco legal para que refletisse a nova realidade brasileira na questão ambiental.

A opção foi abandonar um paradigma que, até certo ponto, tornava estanques ou concorrentes as áreas ambiental, econômica e social. O MMA logrou reconhecimento em avançar na integração dessas políticas, trabalhando em um horizonte de desenvolvimento, com sustentabilidade e inclusão social. Contribuiu, para isso, a incorporação de novos atores, tanto nos fóruns nacionais quanto nos internacionais, ao rol dos que tradicionalmente colaboraram na

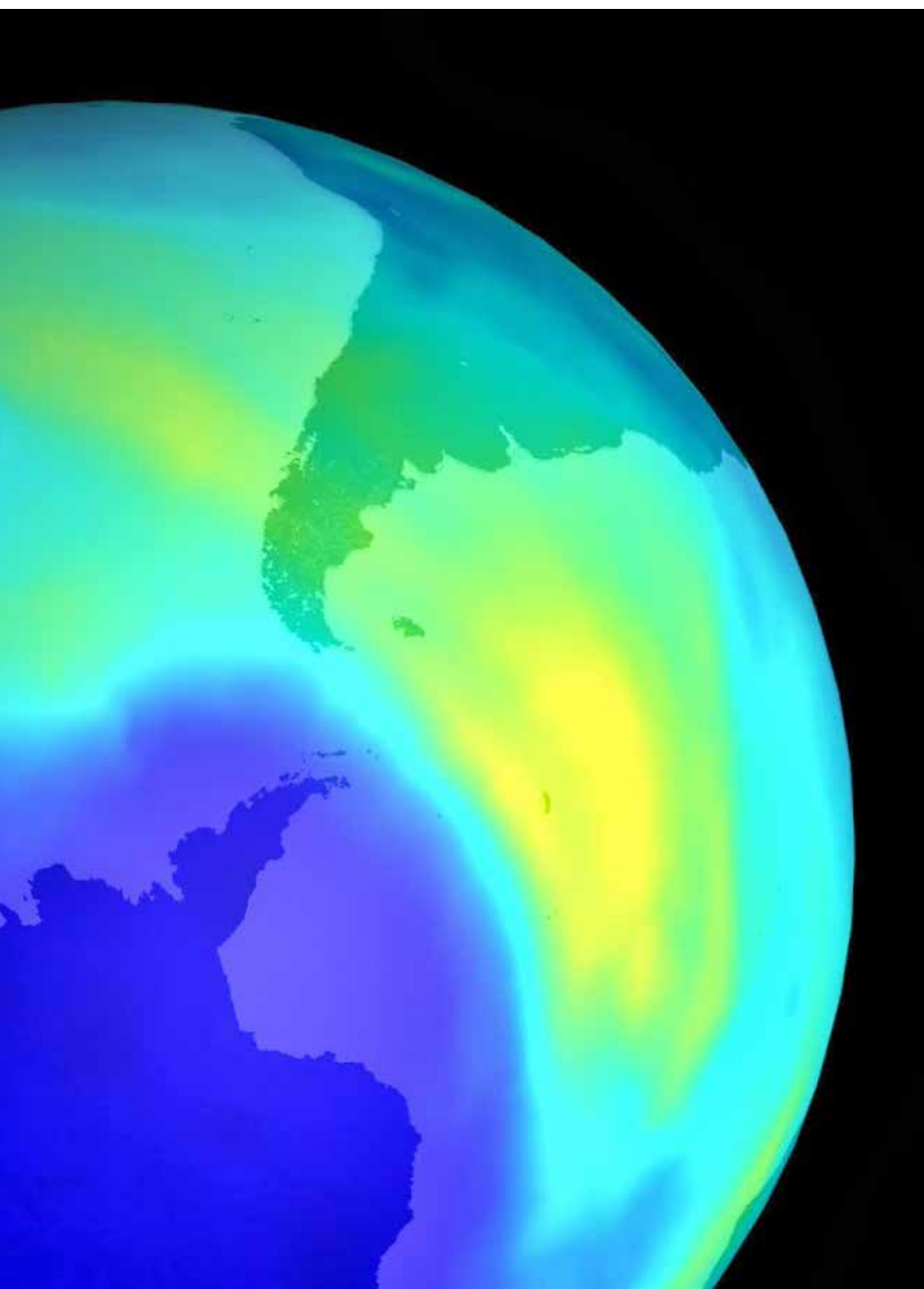
busca de soluções para tal integração.

A partir desse novo arranjo institucional, foi possível a construção de políticas públicas cujo reflexo deve se estender pelas próximas décadas. Exemplos disso podem ser vistos na implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), em medidas para melhorar a qualidade do ar, em ações para mitigar o efeito da seca no semiárido, na execução da política de comando e controle, responsável por manter a tendência de queda nas taxas de desmatamento e o protagonismo nas negociações que conduziram ao Acordo de Paris para o clima, alguns dos avanços apresentados nessa publicação.

Além disso, o período é particularmente profícuo para o MMA no que tange aos avanços rumo à convergência entre políticas ambientais e direitos dos povos e comunidades tradicionais que vivem e trabalham em áreas protegidas. Dessa parceria brotaram novas perspectivas para a preservação e conservação de nossos biomas, com inclusão dessas comunidades guardiãs do nosso patrimônio



# CLIMA



A atuação brasileira foi decisiva para o Acordo de Paris. Nas negociações, a ministra Izabella Teixeira liderou o grupo que destravou o ponto mais polêmico do protocolo. Além da redução de emissões já alcançada e da meta ambiciosa apresentada para o pós-2020, o País experimentou, ainda, avanços robustos na implantação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e com os compromissos firmados com Alemanha, Estados Unidos, China e Noruega, principal parceiro financeiro dos Fundos Amazônia e Clima. Esses resultados foram fundamentais para elevar o prestígio do Brasil na agenda climática internacional.



## Acordo de Paris

Liderada pela ministra Izabella Teixeira, a delegação brasileira desempenhou papel fundamental para a adoção do Acordo de Paris. Por solicitação da presidência francesa da COP 21, Izabella presidiu o grupo de facilitação das negociações sobre diferenciação de metas de cada país, ponto de conflito mais difícil de ser resolvido na Cúpula. A ministra também foi protagonista na articulação com a União Europeia e países emergentes como África do Sul, Índia e China, além de garantir a captação de recursos para o desenvolvimento de ações no Brasil.

A ambição do Brasil também ficou evidente com a apresentação de sua meta nacional de redução de emissões para o período pós-2020. Considerada uma das mais robustas pela comunidade internacional, a chamada iNDC brasileira propõe ações em todos os setores da sociedade para alcançar a redução absoluta de emissões aplicável ao conjunto da economia, tendo 2005 como ano de referência, de 37% em 2025 e uma contribuição indicativa de 43% em 2030.

O Acordo de Paris foi concluído, portanto, com importantes pontos defendidos pelo Brasil. Questões ligadas à flexibilidade e à progressão na diferenciação foram incluídas no texto final do pacto, que tem o objetivo de manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais e garantir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C.

Em abril de 2016, a ministra Izabella Teixeira acompanhou a presidenta Dilma Rousseff na cerimônia em que o Brasil assinou formalmente o Acordo de Paris. A assinatura ocorreu em sessão na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) e marca o início da nova fase de ações, em território nacional, para o cumprimento da meta brasileira de redução de emissões de gases de efeito estufa.

## Política Nacional Sobre Mudança do Clima - (PNMC)

No âmbito da PNMC, há a elaboração e implementação, até 2020, de nove Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima voltados para as seguintes áreas: energia, siderurgia, agricultura, indústria, transporte e mobilidade urbana, mineração, saúde e, ainda, os Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento (Amazônia e Cerrado).



## Ciência da Mudança do Clima

Com apoio do Fundo Clima, o MMA promoveu a consolidação da rede de cientistas brasileiros que fazem parte da Rede Clima e do Painel Brasileiro de Mudança do Clima. A Rede Clima congrega mais de 300 pesquisadores em 15 áreas correlatas. Em 2014, foi lançado o primeiro Relatório de Avaliação Nacional (RAN 1) do Painel Brasileiro sobre Mudança do Clima.

No campo científico, foi elaborada a ferramenta de cálculo da contribuição relativa para o aumento da temperatura média global da superfície terrestre a partir das emissões de gases de efeito estufa ao longo do tempo. Foi contratado, ainda, o Estudo sobre Responsabilidade Histórica em relação à mudança do clima, com descrição da relação de dependência temporal entre emissões de GEE e mudança do clima. Ambos subsidiaram, em parte, a construção da iNDC do Brasil.

## Adaptação à Mudança do Clima

Foram realizadas a concepção, o desenvolvimento e a elaboração do Plano Nacional de Adaptação (PNA). O processo foi conduzido em coordenação com diversos órgãos federais, estaduais e municipais e com representantes de setores da sociedade brasileira. Houve, também, a criação da Plataforma de Conhecimento sobre Adaptação, a ser concluída em 2017. O espaço facilitará a cooperação e criação coletiva de conhecimentos sobre o tema.

## Emissões - Copa do Mundo

O governo federal promoveu a gestão das emissões de gases de efeito estufa da Copa do Mundo 2014 superando em nove vezes a compensação das emissões do setor público (redução



de 40% das emissões em relação ao total). Foi um projeto inovador, reconhecido pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

## **REDD+: Redução de Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal**

O Brasil é pioneiro na implantação de REDD+ perante a comunidade internacional. Em dezembro de 2015, o País tornou-se apto a captar novos pagamentos por resultados alcançados com ações de REDD+. Também em 2015, foi criada a Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+) e instituída a Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+), resultado de vários anos de articulação entre governo federal, governos estaduais e entidades da sociedade civil.

## **Camada de Ozônio - Programa Brasileiro de Eliminação dos Hidroclorofluorcarbonos - (PBH)**

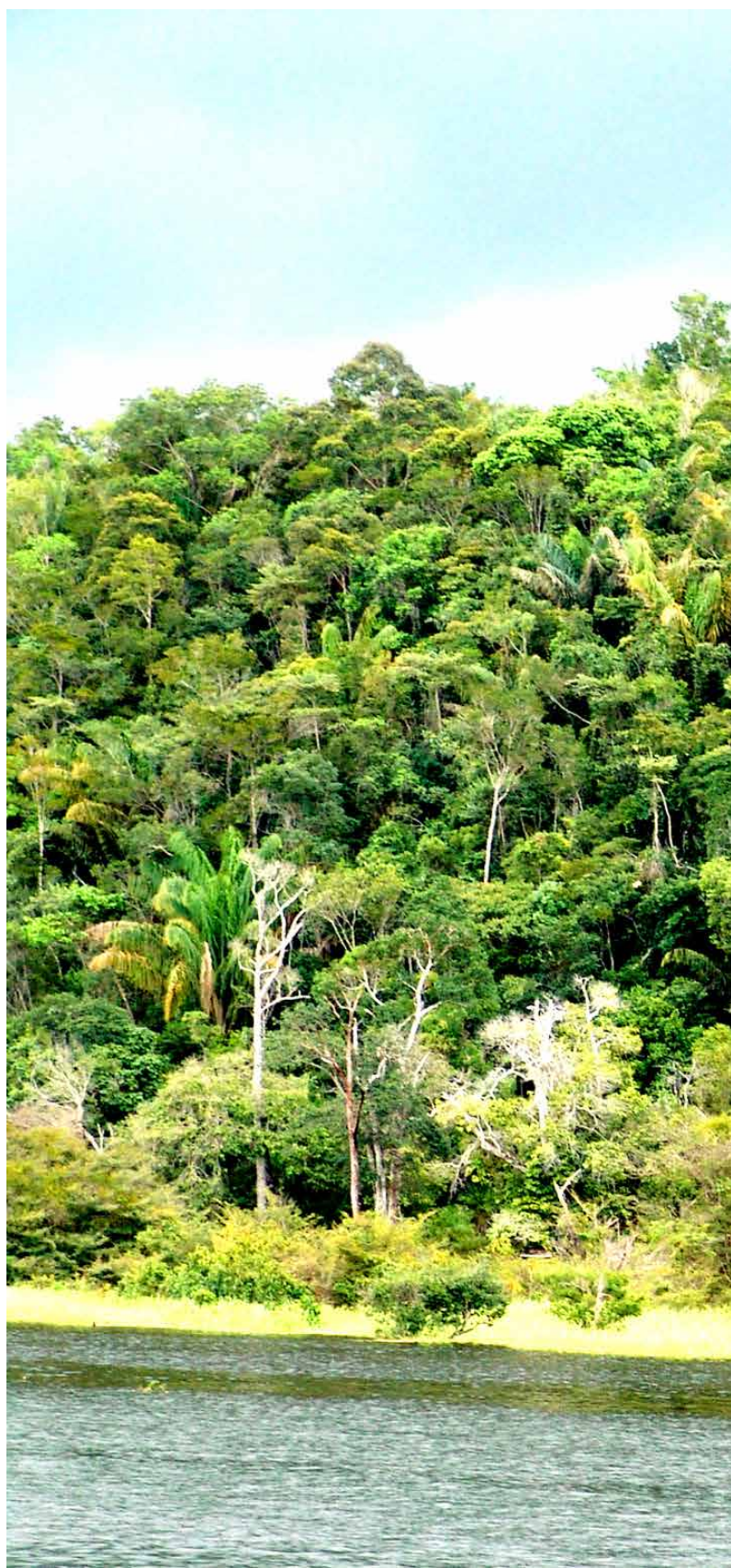
O combate às substâncias destruidoras da Camada de Ozônio obteve sucesso relevante nesta gestão. A primeira etapa do PBH foi concluída com recursos da ordem de US\$ 19,4 milhões. Já em 2015, foi aprovada a Etapa 2 do programa, com recursos de US\$ 35,9 milhões de dólares para o cumprimento da meta para o ano 2020. As ações garantiram a redução de 301,49 toneladas de potencial de destruição da camada de ozônio (PDO). Além disso, foram elaborados 23 planos de seleção de tecnologia e 20 planos de conversão tecnológica. Nesse período, foram concluídos nove projetos de conversão tecnológica.

## **Fundo Clima**

O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) apoiou, com recursos não-reembolsáveis, 47 instituições e 190 projetos. Ao todo, eles somam R\$ 96 milhões, dos quais cerca de R\$ 91,5 milhões já foram transferidos nos últimos cinco exercícios. Isso significa que há, ainda, um compromisso de cerca de R\$ 4,5 milhões para os orçamentos futuros em projetos já contratados.

## **Fundo Amazônia**

O ano de 2015 terminou com 80 projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, que recebem aportes no valor de R\$ 1,2 bilhão. Os recursos provêm de doações dos governos da Noruega (97%) e da Alemanha (2,5%) e da Petrobrás (0,5%), que chegaram a um total de R\$ 2,4 bilhões. As expectativas são de aumento das contribuições ao Fundo. Na 21ª Conferência das Partes da UNFCCC (COP 21), em Paris, o governo da Noruega anunciou que doará mais 600 milhões de dólares até 2020 e a Alemanha, mais 100 milhões de euros.









# FLORESTAS



Nos últimos seis anos, o Brasil registrou quatro das menores taxas de desmatamento desde o início do monitoramento. Houve a queda de 79% do desmatamento na Amazônia em 2015 em comparação a 2004, ano de implantação do Plano de ação para proteção e controle do desmatamento na Amazônia (PPCDAm). O índice decorre dos avanços nas ações de fiscalização e monitoramento. Com isso, o Brasil chega a 70% de redução em relação à projeção para 2020. Esse número está cada vez mais próximo da meta nacional voluntária de diminuir em 80% o desflorestamento até 2020.



## Desmatamento

Até agora, foi registrada a queda de 79% no desmatamento da Amazônia. O número se refere aos 5.831 km<sup>2</sup>, de área desmatada em 2015 quando comparados aos 27.772 km<sup>2</sup> registrados em 2004, ano de início da implantação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). A taxa de 2015 é a terceira mais baixa desde o início do monitoramento. A terceira fase do PPCDAM foi encerrada em 2015 e o monitoramento, em abril de 2016. Ao todo, foram monitoradas 194 ações, distribuídas entre 36 órgãos e entidades federais, que foram convidadas a colaborar com a elaboração de um Plano Operativo. A quarta fase do PPCDAM está em construção. O desenho conceitual já foi elaborado e as primeiras consultas aos parceiros, realizadas. No PPCerrado, foram monitoradas 123 ações.

## Aprovação da fase III do Programa Arpa, com mais de 215 milhões de dólares

A segunda etapa do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) executou mais de R\$ 24,5 milhões, correspondentes à fase II e início da fase III, em 2015. O documento traz a nova estrutura de gestão do programa, que engloba os fundos de transição e um horizonte de execução para até 2039, somando mais de 215 milhões de dólares. Foram incluídos no Programa os estados do Pará e Amapá, além de 49 novas UCs, totalizando o apoio a 114 UCs federais e estaduais, o que representa 59,2 milhões de hectares, número próximo da meta, majorada de 52,6 milhões de hectares para 60 milhões de hectares.

## Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros

Criado pela Portaria MMA nº 365, de 27 de novembro de 2015, o Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros mapeia e monitora o desmatamento e avalia a cobertura vegetal, o uso e cobertura da terra e sua dinâmica, as queimadas, a extração seletiva de madeira e a recuperação da vegetação. Os dados gerados permitirão acompanhar o desempenho das políticas públicas voltadas para o Acordo de Paris e para o alcance das Metas de Aichi. O Programa está em fase inicial de implementação e dará continuidade ao mapeamento e ao monitoramento já previsto nos planos e cronogramas de cada uma das instituições parceiras.

## Cadastro das Florestas Públicas

O Cadastro Nacional de Florestas Públicas foi atualizado entre 2010 e 2016. Atualmente, há na base de dados 310 milhões de hectares cadastrados. Nos últimos seis anos, foram incorpo-

radas informações de autarquias como SUFRAMA, CEPLAN, dados de municípios, áreas militares e terras arrecadadas estaduais. Além disso, as ações referentes ao cadastramento de florestas públicas resultaram na destinação de mais de seis milhões de hectares.

## Inventário Florestal Nacional

O Inventário Florestal Nacional (IFN) é uma iniciativa do Serviço Florestal Brasileiro, prevista no Artigo 71 do “novo Código Florestal” (Lei nº 12.651/2012), que tem como objetivo produzir dados e informações sobre a qualidade e o estado das florestas e dos recursos florestais do país, para fundamentar a formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento, uso, recuperação e conservação desses recursos. Os dados são coletados por meio de levantamentos em campo, cerca de 15.000 pontos em todo o país. Uma área correspondente a 143 milhões de hectares (4.143 pontos de amostragem) já foi inventariada. Já foram concluídos os levantamentos de dados no Distrito Federal, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio de Janeiro. A coleta já foi iniciada no Rio Grande do Sul, Paraná, Rondônia, Pará, Mato Grosso, Bahia e Alagoas.

## Laboratório de Produtos Florestais

Entre 2010 e 2015, o Laboratório de Produtos Florestais implementou 30 projetos de pesquisa com recursos próprios; publicou 61 artigos científicos em revistas especializadas; orientou 64 estudantes de graduação e pós-graduação e 23 bolsistas de PIBIC; ministrou 20 cursos de capacitação; promoveu cinco seminários de iniciação científica; e recebeu mais de 500 visitantes. Os resultados alcançados evidenciam a relevância para o SFB de uma estrutura dedicada à pesquisa e inovação.

## Concessões florestais – Gestão Econômica e Financeira dos Contratos

A Diretoria de Concessão Florestal e Monitoramento (DCM) gerencia atualmente 14 contratos de concessão florestal federal vigentes: dois na Flona do Jamari (RO); quatro na Flona Saracá-Taquera (PA); dois na Flona de Jacundá (RO); dois na Flona do Crepori (PA); e quatro na Flona de Altamira (PA). Esses contratos totalizam uma área de 842 mil hectares, representando um potencial produtivo de 400 mil m<sup>3</sup> por ano.

Em 2010, o Serviço Florestal Brasileiro assinou dois contratos de concessão florestal referentes à Flona Saracá-Taquera, totalizando 49 mil hectares de área concedida. Em 2013, foram concedidos mais 88 mil hectares referentes aos contratos assinados da Flona de Jacundá. Em 2014, foram assinados quatro contratos de concessão florestal, sendo dois na Flona Saracá-Taquera Lote Sul, e dois na Flona do Crepori, totalizando 280

mil hectares. Em 2015, foram quatro contratos de concessão florestal na Flona de Altamira, somando-se 362 mil hectares.

## **Elaboração do Planaveg**

O desafio de implementar o Código Florestal, com vistas a instituir uma estratégia de restauração florestal em larga escala no Brasil motivou a elaboração da proposta de Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg). O objetivo é ampliar e fortalecer políticas públicas, incentivos financeiros, mercados, tecnologias de recuperação, boas práticas agropecuárias e outras medidas necessárias para recuperação da vegetação nativa, principalmente em áreas de proteção permanente (APP e RL), em pelo menos 12,5 milhões de hectares em 20 anos. Entre janeiro e agosto de 2015, a proposta de Plano do Planaveg foi submetida a consulta pública e debatida em seminários por todo o Brasil.

## **Projeto de Monitoramento dos Desmatamentos dos Biomas Brasileiros por Satélite**

A fim de quantificar os desmatamentos de áreas de vegetação nativa e embasar ações de fiscalização e combate a desmatamentos ilegais, foi criado o Projeto de Monitoramento dos Desmatamentos dos Biomas Brasileiros por Satélite (PMDBBS), executado em parceria pelo MMA e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O Projeto vem divulgando, desde 2008, dados sobre desmatamentos dos biomas Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal. As informações lançadas até o momento são de 2011, para o Cerrado, e de 2009, para os biomas Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal. Há, ainda, dados de 2010 e 2011, a serem lançados para Caatinga, Pampa e Pantanal; e de 2010, para Mata Atlântica.

## **Financiamento para o Cerrado**

Houve avanços na implantação do Projeto Cerrado-Jalapão e do Programa Cerrado, duas iniciativas de cooperação internacional coordenadas pelo MMA, com recursos de doação da Alemanha (12 milhões de euros) e do Reino Unido (15 milhões de dólares). De 2011 a 2015, essas iniciativas capacitaram mais de 1,5 mil brigadistas e agricultores em prevenção e combate a incêndios florestais, além de terem registrado 750 imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

## **Projeto TerraClass Cerrado**

O Mapeamento do Uso e Cobertura da Terra do Cerrado, deno-

minado Projeto TerraClass Cerrado, foi lançado em 2015 e executado por meio de parceria entre MMA, Ibama, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A exemplo do que já vinha sendo feito para Amazônia, o TerraClass Cerrado realizou o levantamento das áreas de cobertura vegetal e dos espaços antropizados de toda a área contínua do bioma, sendo possível, a partir de então, estimar áreas de agricultura anual, agricultura perene, áreas urbanas, mosaicos de ocupação, mineração, pastagens plantadas, silvicultura e solo exposto, e, também, das áreas naturais.







# EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL



Nos últimos anos, a política do MMA em relação a extrativismo e desenvolvimento rural foi marcada pela busca por um Brasil rural sustentável, promovendo a qualidade de vida, o acesso e uso dos recursos naturais, a conservação ambiental e a promoção dos direitos humanos para quem vive no campo.



## **Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde**

O Bolsa Verde (PBV) é um programa pioneiro de âmbito nacional que, desde a sua criação, em 2011, investiu cerca de R\$ 300 milhões. A meta do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 de beneficiar 70 mil famílias foi atingida em 2015, com 74.522 famílias beneficiadas. Até fevereiro de 2016, o Bolsa Verde contava com 76.795 famílias. Atualmente, são 64.648 famílias no Programa, pois, em fevereiro de 2016, foi realizado o monitoramento da condicionante de renda, com o cruzamento do banco de dados do Bolsa Verde com os dados do CADÚnico, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Tal monitoramento indicou a elevação da renda de 11.114 famílias, o que levou à retirada dessas famílias do Programa. Outras 1.033 famílias foram excluídas do Bolsa Verde por motivos diversos. A gestão do Programa Bolsa Verde fica a cargo de Comitê Gestor, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), com participação de representantes da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR) e dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Fazenda (MF) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

### **Perfil**

O Programa abrange, aproximadamente, 5,5% da cobertura vegetal do território nacional em 966 áreas localizadas entre 68 Unidades de Conservação federais (22.877 famílias); 892 projetos de assentamento da reforma agrária geridos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra - (35.609 famílias) e famílias ribeirinhas de 66 municípios localizados em áreas públicas federais sob responsabilidade da Secretaria de Patrimônio da União (6.162 famílias). Residem na região Norte 77,9% dos beneficiários do Bolsa Verde, totalizando 59.82.

### **Monitoramento**

Em 2015, foi concluído o módulo de monitoramento da cobertura vegetal do SisBolsaVerde, viabilizado pelo Termo de Execução Descentralizada (TED) entre o MMA e a Universidade de Lavras (MG), firmado em 2014. Desenvolvido com linguagem amigável, o Sistema pode ser acessado com facilidade, tanto pelos gestores do Programa, quanto por operadores dos diversos órgãos parceiros nos estados e municípios. Além de conter o módulo de monitoramento da cobertura vegetal das áreas do Programa, o SisBolsaVerde tem um módulo de gestão das famílias, que vai desde a sua habilitação no Programa até o monitoramento do pagamento do benefício pela Caixa Econômica Federal. A

conclusão do sistema está prevista para o segundo semestre de 2016.

O monitoramento ambiental anual das 960 áreas de abrangência do Bolsa Verde também foi executado em 2015, por meio do mesmo Termo firmado com a Universidade de Lavras. Em fevereiro de 2016, foi realizado um grande evento para apresentação dos resultados do monitoramento ambiental das áreas do Bolsa Verde, no período 2011-2015. Em 2016, foram aprovadas, pelo Comitê Gestor, as Resoluções nº 5 (em ajustes na Consultoria Jurídica do MMA) e 6 (já publicada), que tratam, respectivamente, de procedimentos para bloqueio e cessação de transferência de benefício e de procedimentos para prorrogação de benefício. O monitoramento amostral dos impactos do Programa, que deve ser realizado anualmente, foi feito em 2015 por meio de Termo firmado com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Os resultados do ciclo de monitoramento de 2014 foram apresentados em julho de 2015 pela UFRRJ e a entrega dos resultados do ciclo 2015 está prevista para o primeiro semestre de 2016. Além disso, no que diz respeito a instrumentos de avaliação e monitoramento do Programa, foi realizada, sob a coordenação do MDS, por meio da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi), a Pesquisa Etnográfica do Bolsa Verde. Seu objetivo é avaliar os efeitos e impactos do Programa em relação, principalmente, à conservação ambiental, com método que proporciona um entendimento maior sobre a realidade de vida do público e suas categorias nativas, possibilitando uma adequação das perguntas de entrevistas sobre a compreensão de mundo dos entrevistados.

### **Novas iniciativas**

Para garantir a conservação ambiental e superar a situação de extrema pobreza dessas famílias, é necessário aumentar a incidência e a coordenação de outras políticas públicas nessas áreas. Com esse objetivo, foi elaborado o Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe), lançado no III Chamado da Floresta, em outubro de 2015, que criou uma comissão intersetorial paritária entre governo federal e representantes de organizações extrativistas para revisar e implementar o Plano.

### **Resultados**

A implementação do Programa Bolsa Verde, sob a coordenação do MMA, tem gerado um impacto positivo no incremento de renda das famílias, gerando uma dinamização da economia local, bem como um aumento da percepção dos beneficiários, no que tange à conservação ambiental de suas áreas. Esses resultados são demonstrados nos monitoramentos realizados tanto

pela UFLA, como pela UFRJ e, mais recentemente, pela Pesquisa Etnográfica realizada pelo MDS. As demais iniciativas listadas, relacionadas ao apoio à inclusão produtiva, têm, da mesma forma, contribuído para o avanço do extrativismo e a conquista e consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

## **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**

A partir de 2013, quando foi lançado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), o MMA, em parceria com o MDA, passou a realizar esforços para aproximar e articular a agenda da sociobiodiversidade com a da agroecologia e produção orgânica, tendo em vista a mobilização dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e aos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais. No âmbito da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), espaço com ampla participação da sociedade civil e do governo para elaboração e monitoramento do Planapo, foi criada, em 2013, a Subcomissão Temática da Sociobiodiversidade (ST da Sociobio). Em sua segunda reunião, realizada em março de 2014, a Subcomissão foi apontada como fórum consultivo da agenda da sociobiodiversidade. Sob a coordenação do Departamento de Extrativismo do MMA, a Subcomissão Temática da Sociobiodiversidade/Cnapo, realizou, em maio de 2015, o II Seminário Nacional da Sociobiodiversidade. O evento teve como objetivo principal a validação da proposta para o Programa Nacional da Sociobiodiversidade (2016/2019), a ser incorporado no II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2016-2019), previsto para ser lançado em 2016.

## **Plano Nacional para o Fortalecimento Das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas**

Um dos compromissos recém-assumidos pelo governo federal, durante o III Chamado da Floresta, realizado em 28 e 29/11/2015, na Comunidade São Pedro, Resex Tapajós-Arapiuns, foi o anúncio de lançamento do Plano Nacional para o Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe). Em 16/12/2015, foi publicada no Diário Oficial da União, a Portaria Interministerial nº 380, de 11 de dezembro de 2015, assinada pelo MMA, MDA e MDS, instituindo o Planafe. O Plano tem o objetivo de adequar, articular, integrar e propor ações de acesso às políticas de saúde, educação, infraestrutura social, fomento à produção sustentável, geração de renda e gestão ambiental e territorial das áreas de uso e ocupação tradicional. Visa, ainda, assegurar a qualidade de vida, o acesso e uso sustentável dos recursos naturais, a conservação ambiental e a promoção dos direitos humanos para as comunidades extrativistas e ribeirinhas.

## **Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas**

A partir de julho de 2014, foi iniciado, no âmbito do Comitê Gestor (CG) da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI), os trabalhos da Câmara Técnica de Implementação da PNGATI com a tarefa de elaborar o Plano Integrado de Implementação da PNGATI (PIIPNGATI). Os trabalhos estão sendo coordenados pela Fundação Nacional do Índio (Funai), em parceria com o MMA e organizações indígenas e indigenistas. A versão consolidada do Plano de Implementação da PNGATI está em fase de finalização e suas ações já estão previstas no PPA 2016-2019. Um importante apoio à PNGATI foi o financiamento da elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em Terras Indígenas, por meio do Fundo Amazônia e Fundo Clima. Entre 2012 e 2015, foram investidos quase R\$ 100 milhões para elaborar e implementar os PGTAs, conforme mostra a tabela abaixo. Além disso, entre 2004 e 2014 foram beneficiadas mais 21.332 famílias e 84 etnias, em 312 projetos apoiados pelo Programa Carteira Indígena, com um investimento de cerca de R\$ 13.298.319,25.





## **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**

Após ampla consulta à sociedade civil e ao setor empresarial, o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) foi instituído por meio da Portaria Interministerial nº 239/2009, do MMA, MDS e MDA. O Plano foi instituído como parte da estratégia de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Tem como objetivo principal desenvolver ações integradas para a promoção e o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis. Entre os principais avanços obtidos com a implementação do PNPSB destacaram-se a criação da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio); a criação do Programa Mais Gestão; a ampliação do acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); o desenvolvimento de metodologias diferenciadas de assistência técnica e extensão rural (Ater) para o público extrativista e a ampliação do número de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP/Pronaf), emitidas para o público extrativista, que saltou de cerca de cinco mil, em 2009, para quase 60 mil em 2015.

### **Arranjos locais**

Nos últimos anos, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) buscou apoiar Arranjos Produtivos Locais (APLs) da Sociobiodiversidade. Essa ação busca contribuir com a implementação de ações do PNPSB. Entre 2012 e 2014, foram apoiadas 12 organizações locais, fortalecendo os Arranjos Produtivos Locais das cadeias prioritárias. Visa a mobilização, articulação e capacitação das organizações econômicas dos povos e comunidades tradicionais (cooperativas e associações) e outros atores que interferem nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Pretende-se, com essa iniciativa, que os seguimentos de povos e comunidades tradicionais consigam se organizar para acessar os mercados e estabelecer relações com os outros segmentos que participam ou interferem nas cadeias de forma mais equilibrada.

Em 2015, foram apoiados os APLs pequi (norte de Minas Gerais); pinhão (Paraná); umbu e licuri (região de Paulo Afonso/BA); piaçava (baixo sul da Bahia); pequi e babaçu (região da Serra do Araripe/CE); babaçu (região do médio Mearim/MA); buriti (Piauí), carnaúba (Piauí); castanhas-do-brasil e óleos de andiroba e copaíba (região da BR-163/PA); açaí e óleo de copaíba (região do baixo Amazonas – Oriximiná/PA); açaí (região da Ilha do Marajó/PA); e piaçaba (Alto e médio Rio Negro/AM). Em 2014,

foi contratada uma consultoria para sistematização dos resultados dos projetos de APL e identificação dos principais gargalos para a promoção das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Os principais resultados do estudo foram apresentados em uma oficina realizada em maio de 2016 e debatidos por cerca de 15 organizações produtivas envolvidas nos projetos de APL.

## **Políticas de apoio à comercialização para produtos da sociobiodiversidade**

Os dois principais instrumentos de acesso aos mercados institucionais para produtos da sociobiodiversidade foram a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). De janeiro de 2009 a dezembro de 2015, foram investidos, em operações de subvenção a produtos extrativos (PGPM-Bio) – açaí, pequi, fibra de piaçava, castanha do Brasil, amêndoa de babaçu e borracha, Macaúba e Piaçava – R\$ 28,6 milhões, viabilizando 61,5 mil acessos de famílias extrativistas. As operações de subvenção induziram ao aumento significativo na quantidade produzida desses produtos, colaborando para a formalização de negócios, formação de preços e estruturação de cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Entre 2009 e 2015, o PAA investiu R\$ 169 milhões em aquisição de produtos da sociobiodiversidade, tendo sido investidos recursos acessados por mais de 40 mil famílias extrativistas.

## **Ações para implementação da Política Nacional de Combate à Desertificação**

Na elaboração do Plano Mais Brasil, PPA 2012-2015, foram identificados no Documento Agendas Transversais os objetivos e metas que tratam, ou têm forte impacto, nos temas desertificação, produção e uso de recursos hídricos e combate à pobreza. Nesse contexto, foram relacionados no PPA seis programas, 16 objetivos e 36 metas de vários esforços que consolidam uma diretriz marcante para a implementação do Programa Ação Nacional de Combate à Desertificação (PAN-Brasil). Tais iniciativas apoiam ações voltadas à promoção da segurança e eficiência energética para os setores de produção (empresas) e as famílias rurais; ações de promoção do uso múltiplo integrado e sustentável dos recursos naturais voltadas à segurança alimentar e hídrica das famílias; e ações estruturantes de monitoramento com a implantação do Sistema de Alerta Precoce de Secas (SAP). Essas iniciativas visam combater o desmatamento, principal vetor da desertificação, a recuperação de áreas degradadas e a prevenção dos desastres das secas, promovendo o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

O processo de atualização do PAN-Brasil está alinhado à Estratégia Decenal da Convenção das Nações Unidas de Combate à



Desertificação (UNCCD, da sigla em Inglês). Tal processo de alinhamento foi definido de forma a possibilitar a implementação do PAN-Desertificação, contemplando uma estratégia financeira integrada e apoio a ações de fomento estruturantes para convivência sustentável com a semiaridez, visando o combate à desertificação. Além disso, o processo de alinhamento visa promover ações para a sustentabilidade da matriz energética do setor Cerâmico e Gesseiro, com vistas a minimização do desmatamento nos biomas Caatinga e Cerrado; e desenvolver um Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação (SAP) como instrumento de apoio às políticas públicas. Objetiva, ainda, promover a elaboração de uma Norma ISO 14.055 com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para definição de um guia de boas práticas de combate à degradação de terras e desertificação; ter ações voltadas à UNCCD, além de refletir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a alternativas para o cumprimento das Metas Nacionais (iNDCs).

Para apoiar projetos de convivência sustentável com a semiaridez e de combate à desertificação, foi implementada uma estratégia com agentes de fomento, tais como o Fundo Clima, Caixa, Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). Essa estratégia possibili-

ou investimentos da ordem de R\$ 100 milhões em projetos no campo. Foram criadas, também, linhas de financiamento para o combate à desertificação no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e no Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para apoio ao manejo florestal e melhoria tecnológica dos setores gesseiro e cerâmico. Um grande avanço na promoção do manejo florestal foi a sinalização da criação do custeio florestal para financiar as atividades florestais.

## Projetos

Foram aprovados dois projetos pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, da sigla em Inglês) para o combate à desertificação. Esses projetos estão sendo executados com duas agências implementadoras: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a FAO. Foram, ainda, aprovados um projeto de cooperação com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e uma ação com o Projeto Ecnormas para a implementação do Plano Municipal de Combate à Desertificação de Irauçuba/CE. Essas iniciativas de cooperação técnica são parte da estratégia financeira integrada.

Foi elaborado pelo Departamento de Combate à Desertificação do MMA o Projeto BRA/13/G42, “Manejo de uso sustentável de terras no semiárido do Nordeste brasileiro (Sergipe)”. Tal Projeto, com recursos no valor de 4.261.635,00 milhões de dólares, se encontra em implementação pelo MMA, tendo o PNUD como agência implementadora e, como parceira, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (Semarh/SE).

Foi também elaborado e aprovado o Projeto GPC/BRA/085, “Revertendo os processos de desertificação nas áreas suscetíveis à desertificação do Brasil: Práticas agroflorestais sustentáveis e conservação da biodiversidade”, com recursos no valor de 4.433.520,00 milhões de dólares, tendo a FAO como agência implementadora, em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Instituto Nacional do Semiárido (INSA). Nesse contexto, foi criado um escritório de apoio a projetos com a FAO para o Nordeste, em parceria com o IICA. Foi, ainda, aprovado o Projeto de Cooperação Técnica com o IICA PCT/BRA/14/001, voltado à implementação de estratégias e ações de



prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas, e implementação da UNCCD.

Foi implantado o Projeto Econormas, uma ação no âmbito do Mercosul, com recursos da União Europeia (250 mil euros) para o estabelecimento de projetos pilotos de combate à desertificação nos países envolvidos. No Brasil, é desenvolvida uma ação de apoio ao primeiro Plano Municipal de Combate à Desertificação no município de Irauçuba/CE, com intervenções estruturantes, tais como formação de viveiros permanentes, ações de Ater para promoção de boas práticas de convivência sustentável com a semiaridez e de formação técnica para práticas conservacionistas visando à segurança alimentar, hídrica e energética.

### **Cooperação**

Com apoio do Fundo Clima e do IICA, recebeu incentivo a realização do Primeiro Encontro dos Países de Língua Portuguesa da UNCCD, com visitas técnicas às boas práticas de convivência sustentável com a semiaridez, realização de reuniões e seminários com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Para o fortalecimento institucional na implementação de boas práticas de convivência com a aridez e de combate à desertificação, foi criada uma Plataforma de Cooperação Técnica com os países de língua portuguesa no âmbito da UNCCD. O foco dessa plataforma está no manejo e conservação de solos, no manejo sustentável de florestas secas e na denominação de origem para os produtos de zonas semiáridas. Foi elaborado um Memorando de Entendimento com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid) para ações voltadas à análise energética, denominação de origem e segurança hídrica.

### **Avanços**

Um dos principais avanços foi a aprovação da Lei nº 13.153/2015, que instituiu a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, e a conclusão do Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação (SAP). Destaca-se que estão em elaboração acordos de cooperação com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para manutenção e difusão do Sistema. Visando o fortalecimento da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD), a Comissão revisou e aprovou o regimento interno, possibilitando uma atuação nos processos deliberativos. Foram criadas as Câmaras Técnicas de Revisão, Avaliação e Monitoramento do PAN-Brasil; Ciência, Tecnologia e Conhecimentos Tradicionais; Articulação, Gestão e Legislação; e Comunicação e Formação. Foi elaborada Norma ISO/ABNT para definir guia de boas práticas para o Combate à Degradação de Terras e Desertificação.

## **Zoneamento Ecológico Econômico**

A aprovação do Zoneamento Ecológico Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal deu-se a partir da edição do Decreto Presidencial nº 7.378/2010. O MacroZEE da Amazônia Legal é resultado da articulação entre o governo federal, os governos dos nove estados da região Amazônica e diversos segmentos da sociedade civil. Foi retomado o MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco como ação estratégica do Programa de Revitalização. Após a aprovação da Lei Complementar nº 140/2011 e da Lei nº 12.651/2012, que disciplinaram a obrigatoriedade da elaboração do ZEE por todos os estados brasileiros, convênios e acordos de cooperação técnica foram firmados com os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Pará, Piauí, Roraima e Tocantins, contribuindo para que, hoje, mais de 73% do território nacional possua diretrizes de uso e ocupação em bases sustentáveis e definidas por iniciativas de ZEE estaduais. Foi desenvolvido pelo MMA, em parceria com Embrapa e governos dos estados da Amazônia Legal, o Sistema Interativo de Análise Geoespacial da Amazônia Legal, lançado em 2015. O Siageo Amazônia fornece uma base de informações territoriais integradas que permite um maior conhecimento do território amazônico.

### **Estruturação do Siageo Amazônia**

Desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a Embrapa e os governos dos estados da Amazônia Legal, o Sistema Interativo de Análise Geoespacial da Amazônia Legal (Siageo), lançado em 2015, reúne, de forma sistematizada, as informações geoespaciais utilizadas e produzidas nas diversas iniciativas de ZEE da região, possibilitando a visualização e o download de mapas georreferenciados e de informações tabulares de modo interativo. O Siageo Amazônia fornece, assim, uma base de informações territoriais integradas que permite um maior conhecimento do território amazônico, subsidiando a formulação e a espacialização de planos, programas e políticas, contribuindo, dessa forma, para a superação da desarticulação e da sobreposição de ações que incidem sobre a região.

### **Monitoramento e avaliação do ZEE**

Passados quase 30 anos desde a institucionalização do ZEE como ação estruturante do governo federal, o MMA, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande, está realizando uma análise qualitativa e quantitativa sobre a efetividade das iniciativas de ZEE elaboradas na Amazônia Legal e na zona costeira do Brasil. Essa avaliação, que será concluída no final de 2016, permitirá construir subsídios para o aprimoramento estratégico e metodológico do instrumento e, conseqüentemente, para a própria gestão territorial no Brasil.



# CADASTRO AMBIENTAL RURAL



O Sistema de Cadastramento Ambiental (Sicar) já é o maior banco de dados de base territorial do mundo. Com 352 milhões de hectares cadastrados até 5 de maio de 2016, atingiu 82% da área passível de cadastro no Brasil. O Cadastro Ambiental Rural (CAR) tornou-se, assim, uma radiografia minuciosa das florestas, bacias hidrográficas, biodiversidade e uso da terra no país, revelando um novo Brasil.

## **Análise de resultados**

A partir de maio de 2015, se verificou ser possível realizar um levantamento de dados e informações sobre o CAR em todo o país, utilizando-se os dados do Sicar. Nesse período, teve início a divulgação de boletins mensais sobre o balanço de implantação do CAR em âmbito nacional. Ao todo, foram disponibilizados oito boletins sobre o CAR em 2015, compreendendo informações declaradas no país, por regiões e por unidades da Federação, sobre a área, número total de imóveis rurais cadastrados e perfil desses imóveis (pequenos, médios, grandes). Desse total, dois boletins compreenderam informações adicionais sobre áreas remanescentes de vegetação nativa, de preservação permanente, de reserva legal declarada nos imóveis cadastrados no CAR, bem como sobre as solicitações de adesão aos Programas de Regularização Ambiental (PRA). A análise dos resultados obtidos demonstra que, a partir do primeiro ano de implantação do CAR, por meio do Sicar, foi possível disponibilizar, em âmbito nacional, um conjunto de informações ambientais sobre os imóveis rurais, considerando-se os parâmetros legais estabelecidos pelo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). Até então, tais informações não existiam ou não estavam disponíveis no Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima).

## **Acordos de cooperação**

A partir da execução dos Acordos de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e os governos estaduais, verificou-se, em 2015, a disseminação do uso do Módulo de Inscrição no CAR disponibilizado aos estados que optaram por utilizar a ferramenta, associado aos módulos de Relatórios e de Gestão de Acesso. Aquele ano também registrou significativo aumento nas taxas de cadastramento nos estados que possuem sistemas de cadastramento próprios, parte destes já integrado ao Sicar. Além disso, foram disponibilizados novos módulos do Sistema, compreendendo interfaces de análise. Esse novo pacote de tecnologias refletiu em novas adesões ao uso do Sistema por parte dos estados, com efeitos positivos sobre a padronização e integração de sistemas e bancos de dados estaduais ao Sicar.

## **Áreas cadastradas**

Em termos de área de imóveis rurais cadastrada, verificou-se um incremento de 66,5 milhões de hectares e de 878 mil imóveis, no período compreendido entre a divulgação do primeiro boletim pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), em maio, até

dezembro de 2015. Ao final do prazo estabelecido (5 de maio de 2016), a área cadastrada chegou a 352 milhões de hectares, cobrindo mais de 82% da área passível de cadastro. Esses números representam a inscrição de 3.268.243 imóveis rurais. O último mês de cadastramento (abril) registrou aumento de 81 milhões de hectares inscritos no CAR.

## **Unidades integradas**

Atualmente, 26 unidades da Federação estão integradas ao Sicar e 21 delas utilizam o pacote tecnológico do Sistema. Dando continuidade às ações, está previsto para 2016 a entrega do pacote de melhorias a cinco módulos do Sistema (Inscrição, Análise, Relatórios e Monitoramento, Gestão de Acesso e Central do Proprietário/Possuidor), bem como o desenvolvimento de um novo módulo de regularização ambiental dos imóveis rurais.

## **Capacitações**

No que tange às atividades de capacitação para usuários do Sicar, a partir de parceria com o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), foram contratadas 10 mil novas vagas no curso de capacitação à distância CapCAR, produzido pela Universidade Federal de Lavras (Ufla), que foca no módulo de inscrição do Sicar. Essas vagas foram disponibilizadas aos interessados no início de 2016. Um total de 41 mil pessoas foram beneficiadas, somadas as cinco edições do CapCAR.

## **Pequenas propriedades do semiárido**

Em julho de 2015, o MMA e a Caixa Econômica Federal lançaram edital para selecionar instituições interessadas em apoiar a inscrição de pequenas propriedades rurais de nove estados do semiárido brasileiro no CAR. Foram disponibilizados R\$ 10 milhões para a iniciativa, visando o cadastramento de cerca de 50 mil imóveis rurais. O edital, resultado de uma parceria entre o Fundo Socioambiental Caixa, o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), buscou integrar esforços para viabilizar o cadastramento no semiárido.



# BIODIVERSIDADE



A melhoria da gestão das Unidades de Conservação nos biomas e do monitoramento da biodiversidade estão entre os resultados positivos alcançados pelo Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF) nos últimos anos. Entre os destaques estão: o aumento no número das Unidades de Conservação (UCs), atualmente são 1.953 unidades; a publicação da Lei da Biodiversidade (Lei nº 13.123), em vigor desde 17 de novembro de 2015; e um dos processos de avaliação de espécies ameaçadas de extinção de maior volume, abrangência e qualidade no mundo. ┘

## Lei da Biodiversidade

A Lei nº 13.123, em vigor desde 17 de novembro de 2015, foi sancionada pela Presidente da República em 20 de maio de 2015. A nova lei revogou a Medida Provisória nº 2.186-16/2001 e representa avanços importantes relacionados à pesquisa e inovação, a partir do uso sustentável da biodiversidade. A normativa simplifica e agiliza os processos, definindo, com clareza, o fato gerador da repartição de benefícios decorrentes da exploração econômica de produtos acabados e materiais reprodutivos oriundos do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado. A Lei da Biodiversidade traz segurança jurídica às empresas e facilita a fiscalização. Garante direitos e conquistas aos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, tais como a participação, com direito a voto, no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN); a garantia do consentimento prévio informado para o acesso aos seus conhecimentos tradicionais; a participação no Comitê Gestor do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios; e o reconhecimento legal dos protocolos comunitários como forma de consentimento prévio informado. Destaca-se que, para o processo de regulamentação da Lei, foram realizadas seis oficinas regionais e uma oficina nacional, com participação de representantes de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares.

## Criação de novas Unidades de Conservação

No período de 2010-2016, houve um incremento significativo de 1.197.772 hectares de área protegida, a partir da criação de 17 novas unidades de conservação (UCs), além da ampliação do tamanho de outras cinco UCs e do reconhecimento de mais 121 reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs), chegando a 659 só no âmbito federal.

De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), existem, atualmente, no país 1.953 Unidades de Conservação (UCs), sendo 320 federais (1.551.664 km<sup>2</sup>), o que representa 17,6% do território continental e 1,5% do território marinho.

Além de importante papel na conservação da biodiversidade, a criação de Unidades de Conservação no Brasil constitui mecanismo efetivo de redução das emissões de gases de efeito estufa, por meio da redução do desmatamento na Amazônia brasileira.

Merece destaque, ainda, além da significativa ampliação da área total protegida sob gestão direta do ICMBio, com 1.166.554 hectares, a contribuição voluntária da sociedade à conservação da natureza, com terras reconhecidas, oficialmente, como RPPNs. Nesse período, foram incorporados 31.218 hectares ao Sistema

Nacional de Unidades de Conservação pelo reconhecimento de RPPNs na esfera federal. Atualmente, as UCs federais têm uma área total protegida de 75.563.129 hectares, representando, aproximadamente, 9% do território nacional, localizadas em 979 UCs (320 gerenciadas pelo ICMBio e 659 reservas privadas).

## Aumento da visitação às UCs federais

A melhoria da prestação de serviços à sociedade se caracterizou pelo aumento da visitação em UCs, passando de 4,2 milhões de visitantes, em 2010, para oito milhões em 2015. Entre as causas prováveis estão a melhoria nas condições de visitação, os novos atrativos e um melhor controle da visitação.

As UCs mais visitadas foram os Parques Nacionais da Tijuca, do Iguazu, de Jericoacoara e de Brasília; as Florestas Nacionais de Ipanema e de Tapajós; a Reserva Biológica União e a Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Em 2014, foram registrados 7.305.178 visitantes em 54 UCs.

## Participação da comunidade na gestão das UCs

A participação da sociedade na gestão das UCs ganhou novos contornos depois que 85% das unidades elegeram conselhos consultivos ou deliberativos, dependendo da sua categoria de manejo. Atualmente, 271, das 320 UCs federais, têm conselhos consultivos constituídos. De 2010 a abril 2016, foram criados 83 conselhos.

## Prevenção e combate a incêndios florestais nas UCs

O planejamento para enfrentar incêndios florestais, de 2010 a 2015, resultou na redução da área atingida por incêndios nas UCs, com melhoria na capacitação e na relação com as comunidades, aquisição de equipamentos e início da implantação de ações de Manejo Integrado do Fogo (MIF). Em 2010, se registrou a maior área atingida por incêndios em UC desde que o ICMBio assumiu a gestão desse processo. Em 2015, apesar da maior ocorrência de incêndios, o resultado de área atingida foi ainda menor do que o de 2010. Foram contratados 1.442 brigadistas para atender 85 UCs, e realizados 16 cursos de formação.

## Espécies exóticas invasoras

Em 2014, o ICMBio publicou um inventário sobre as espécies exóticas invasoras em Unidades de Conservação. A avaliação do risco de extinção das espécies brasileiras indicou que espécies exóticas invasoras são uma ameaça a 88 espécies de animais e 163 de plantas.



## Listas de espécies da flora e da fauna brasileiras ameaçadas de extinção

Em 2010, foram iniciados os levantamentos, sistematização e análise de dados de todos os vertebrados e de alguns grupos selecionados de invertebrados do Brasil, para subsidiar a elaboração da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção. Trata-se do mais completo diagnóstico de fauna brasileira já realizado, identificando e localizando as principais ameaças e áreas para manutenção das espécies. Ao todo, foram avaliadas 12.254 espécies em 73 oficinas de trabalho, com participação de mais de 1.200 especialistas. Deste universo, 1.173 espécies foram classificadas como ameaçadas de extinção. O primeiro ciclo de elaboração da Lista foi concluído em 2014.

A atual Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção foi constituída a partir da avaliação de risco de extinção de 4.617 espécies. As espécies analisadas representam uma avaliação, em escala nacional, de todas as listas oficialmente publicadas, em âmbito estadual (Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo), federal (IN nº 6/2008, anexos I e II) e da lista global da União Internacional para Conservação da Natureza (UICN). A lista de espécies ameaçadas da flora brasileira reconheceu e protegeu 2.113 espécies de plantas ameaçadas de extinção.

Em 18 de dezembro de 2014, foram publicadas as portarias que divulgaram as Listas Nacionais Oficiais de Espécies da Flora e da Fauna Brasileiras Ameaçadas de Extinção (Portarias nº 443, 444 e 445). Em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Gestão (MCTI), Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), Instituto Chico Mendes de Conservação (ICMBio) e instituições de pesquisa, foram desenvolvidos os sistemas sobre a flora e a fauna brasileiras: Flora on-line e Catálogo da Fauna Brasileira.

## Avaliação de espécies da fauna ameaçada de extinção

O ICMBio atingiu e superou a meta de avaliar o estado de conservação de 10 mil espécies de animais até 2014, totalizando 12.254 espécies avaliadas, conforme detalhado abaixo, em um dos processos de avaliação de espécies ameaçadas de extinção de maior volume, abrangência e qualidade no mundo, em termos nacionais, com metodologia internacional e progressivo processo de integração global.

Número de espécies avaliadas até 2012 – **4.619**

Número de espécies avaliadas somente em 2013 – **3.016**

Número de espécies avaliadas em 2014 – **4.619**

Total de espécies avaliadas – **12.254**

Ao todo, 1.173 espécies integram as listas oficiais de espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção (Portarias MMA nº 444/2014 e 445/2014). Dessas, 587 estão contempladas em Planos de Ação Nacionais (PANs) para redução das ameaças e 519 têm registro de ocorrência em UCs federais.

## Avanços no monitoramento da biodiversidade

No âmbito do Programa Nacional de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade, foram implantados, até o momento, os protocolos de coletas de dados em 34 UCs federais, em diferentes graus de implementação. Em 2011, teve início esse projeto, com relevância para o clima em UC, considerando medidas de adaptação e mitigação, numa parceria entre o MMA e ICMBio, com apoio do Ministério do Meio Ambiente (BMUB) e da Cooperação Técnica (GIZ) da Alemanha. A partir de 2013, começou a implantação das estações amostrais para coleta de dados em 18 UCs federais nos biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica. Em 2015, os protocolos de monitoramento foram adotados pelo programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), coordenado pelo MMA, resultando em um acréscimo inicial de mais nove UCs na Amazônia. Nessa região, iniciou-se, em 2013, o Projeto Monitoramento Participativo da Biodiversidade em UCs da Amazônia, pelo ICMBio, em parceria com Instituto IPÊ, GIZ e Fundação Moore (GBMF). Em 2013 e 2014, foram realizados testes metodológicos para a formulação dos protocolos de monitoramento da Caatinga, envolvendo três UCs desse bioma. Ao longo desses quatro anos, no contexto marinho, tiveram sequência as atividades de monitoramento de cinco UC federais com recifes de corais, utilizando-se a metodologia internacional do Programa Reef Check.

## Prêmio Nacional de Biodiversidade

Com o objetivo de incentivar e reconhecer a melhoria ou a manutenção do estado de conservação das espécies da biodiversidade brasileira, contribuindo para a implementação das Metas Nacionais de Biodiversidade, foi instituído, em 22 de maio de 2014 (Portaria MMA nº 188), o Prêmio Nacional da Biodiversidade (PNB). O Prêmio busca reconhecer o mérito de iniciativas, atividades e projetos de organizações não governamentais, empresas, imprensa, sociedade civil, academia e órgãos públicos. A cerimônia de entrega do PNB é realizada em evento comemorativo ao Dia Internacional da Biodiversidade. A primeira edição do Prêmio aconteceu em 2015 e a segunda está prevista para o primeiro semestre de 2017.

## Portal da Biodiversidade

O Projeto Integração de Sistemas de Informação e Bancos de Dados de Biodiversidade do ICMBio foi iniciado em 2013, visando uma parceria com o MMA e a Escola Politécnica da Universidade

de São Paulo (Epusp), com apoio da GIZ e do BMUB. Como resultado, surgiu o Portal da Biodiversidade (PortalBio – <https://portaldabiodiversidade.icmbio.gov.br>), lançado em novembro de 2015 com o objetivo de disponibilizar à sociedade dados e informações sobre a biodiversidade brasileira, gerados ou recebidos pelo MMA e instituições a ele vinculadas. O PortalBio dispõe, atualmente, de mais de 1,9 milhão de coordenadas geográficas, com ocorrências de mais de 40 mil espécies brasileiras, a partir da integração e disponibilização de dez bases dados.

## Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ)

### Lançamento do Herbário Virtual Reflora

O Herbário Virtual Reflora (HV-Reflora) foi lançado em setembro de 2013 para disponibilizar informações e imagens online sobre plantas brasileiras para pesquisadores de todo o mundo e o público em geral. Até o final de 2015, o acervo do herbário

virtual contou com 1,250 milhão de amostras de plantas (exsicatas) digitalizadas em alta resolução, com cerca de 1 milhão de visualizações de páginas. Mais de 88,3 mil usuários realizaram pesquisas pelo HV-Reflora.

### Flora do Brasil Online

Coordenado pelo JBRJ, o projeto Flora do Brasil Online (FBO 2020) tem como principal objetivo consolidar a flora nacional monografada (incluindo algas, fungos e plantas) em uma plataforma que possa ser integrada com o modelo que está sendo desenvolvido para a Flora do Mundo Online.

### Portal de Dados de Biodiversidade

Lançado pelo JBRJ, em junho de 2015, o Portal de Dados de Biodiversidade oferece um conjunto de serviços que possibilita a conexão entre diferentes sistemas. Com isso, as informações dos diversos projetos realizados pela Diretoria de Pesquisa Científica (Dipeq) do JBRJ, ou sob sua guarda, podem ser acessadas por pesquisadores e pelo público em geral. Hoje, os dados estão agregados ao Portal e disponíveis para outros sistemas, o que possibilitará análises e sínteses que vão subsidiar tomadas de decisão e formulação de políticas públicas voltadas à conservação da biodiversidade e ao uso sustentável dos recursos naturais.

### Livro Vermelho da Flora Brasileira

Lançado em dezembro de 2013, o Livro Vermelho catalogou 4.617 espécies da flora nacional incluídas em listas oficiais de espécies ameaçadas. Dentre as listadas, 2.118 foram avaliadas como em risco de extinção. Produzido e lançado pelo Centro Nacional de Conservação da Flora, que atua no âmbito da Diretoria de Pesquisa Científica (Dipeq) do JBRJ, o livro foi elaborado com a participação de uma rede de mais de 200 especialistas e pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

### Livro Vermelho da Flora do Brasil – Plantas Raras do Cerrado

Lançado em dezembro de 2014, o Livro apresenta o resultado da avaliação do risco de extinção de 578 espécies raras, que ocorrem ou são endêmicas do bioma Cerrado. Destas, 366 foram classificadas como ameaçadas em diferentes categorias. O livro, que tem o objetivo de ampliar o conhecimento sobre plantas do país, foi produzido pelo Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora), no âmbito da Diretoria de Pesquisa Científica do JBRJ (Dipeq).

### Jardim Virtual

Lançado em 2014, o Projeto Jardim Virtual engloba um novo portal e aplicativo para celulares e tablets, que vão facilitar a visita e melhorar a qualidade da comunicação com o público.





Abrange, ainda, a instalação de pontos de wi-fi em diversas áreas da instituição.

### **Melhoria da qualidade de visitação**

Nos últimos anos, para propiciar ao público em geral uma melhoria significativa na qualidade de visitação, o JBRJ adotou uma série de iniciativas e promoveu obras de restauração e manutenção em diversos espaços de seu arboreto. Dentre elas estão a nova frota de carros elétricos, novas placas de sinalização interpretativas, reforma do centro de visitantes, reforma do complexo do cactário, do bromeliário e do orquidário e a revitalização do jardim sensorial, além da implementação de catracas e cancelas (permitindo melhor controle da visitação) e de um sistema de câmeras de segurança.

### **Excelência no atendimento ao público**

Programa iniciado em dezembro de 2013, essa iniciativa visa promover o desenvolvimento de habilidades individuais e o aprimoramento técnico dos profissionais do JBRJ para atender melhor ao público visitante.

### **Programa Jardim para Todos**

Entre as iniciativas realizadas dentro do Programa Jardim para Todos, que vem implementando melhorias em mobilidade e acessibilidade dentro do JBRJ, destaca-se a reestruturação do Caminho da Mata Atlântica, oferecendo um novo roteiro com carrinhos elétricos adaptados e destinados ao público com mobilidade reduzida, e a restrição de automóveis particulares dentro das dependências do Instituto.

### **Política de Coleções Vivas**

Para possibilitar uma melhor ordenação das ações voltadas às coleções vivas, o Instituto discutiu e elaborou, ao longo de 2015, a Política de Coleções de Plantas Vivas Cultivadas do JBRJ, com o objetivo de estabelecer critérios e diretrizes no gerenciamento das plantas cultivadas tanto no arboreto quanto nas coleções temáticas.

### **Projeto Fauna**

Realiza o monitoramento da fauna silvestre encontrada no arboreto e a identificação das espécies, além de pesquisas em ecologia e etologia, e orientação ao público e aos colaboradores sobre o comportamento adequado em relação aos animais que habitam o Parque.





# RECURSOS HÍDRICOS



O País tem vivenciado, nos últimos anos, um dos piores períodos de estiagem já registrados, que atingiu simultaneamente as regiões Sudeste e Nordeste. O Ministério do Meio Ambiente estabeleceu políticas eficientes e permanentes que promovem o amplo acesso à água de qualidade e o uso sustentável e responsável deste recurso.

## Crise Hídrica e Desastres

### Região Sudeste

Na região Sudeste, em especial no Estado de São Paulo, o Sistema Cantareira, responsável pelo abastecimento de cerca de 9 milhões de pessoas na capital paulista e região metropolitana e pela regularização dos rios Jaguari, Cachoeira e Atibainha (na bacia do rio Piracicaba) experimenta uma situação de escassez nunca antes registrada.

A ANA atuou diretamente na criação do Grupo Técnico de Assessoramento para Gestão do Sistema Cantareira (GTAG-Cantareira), composto ainda pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), Sabesp, Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Comitê PCJ) e Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT). Esse grupo foi concebido para realizar o acompanhamento diário dos dados referentes aos reservatórios e estruturas componentes do Sistema Cantareira, expedindo relatórios semanais sobre a situação de armazenamento dos reservatórios e recomendando as vazões médias a serem praticadas. O GTAG-Cantareira ofereceu condições para que as decisões operacionais daquele sistema observassem os diferentes interesses e compromissos dos entes públicos e privados envolvidos. Por fim, em razão da criticidade climática que se observa na região, o processo de renovação da outorga das estruturas do sistema, iniciado em setembro de 2013, foi adiado para outubro de 2017.

Face à escassez hídrica que também vem enfrentando a bacia do rio Paraíba do Sul, a ANA, desde maio de 2014, tem editado diversas Resoluções autorizando, temporariamente, a redução da vazão mínima afluente na barragem de bombeamento de Santa Cecília, assim como as defluências mínimas de outros reservatórios instalados na bacia, com o objetivo de preservar o estoque de águas disponíveis no Sistema Hidráulico Paraíba do Sul. Desta forma, aumenta-se a garantia do atendimento aos usos múltiplos na bacia.

As resoluções foram elaboradas levando em conta os encaminhamentos das reuniões do Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica na Bacia do Rio Guandu (GTAOH), do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), que conta, entre outros, com a participação de representantes dos órgãos gestores de recursos hídricos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, além de documentos do ONS. Ressalta-se que as reduções de vazão são postas em prática de forma gradual e acompanhadas de avaliações periódicas dos impactos da medida sobre os diversos usos da água na bacia, que devem observar: a partição da diminuição de vazão que fluirá a jusante da barragem de Santa Cecília e da vazão de bombeamento para o rio Guandu.

### Região Nordeste

Na região Nordeste, a escassez hídrica se mostra severa especialmente para os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. A ANA a partir dos seus estudos Atlas Nordeste de Abastecimento Urbano de Água (2005), Atlas Brasil de Abastecimento Urbano de Água (2010) e o Plano Emergencial de Segurança Hídrica no Semiárido com Foco no Atendimento de Sedes Urbanas Críticas (2013) vem, em articulação com o governo desses estados, promovendo a alocação negociada de água em açudes isolados, estabelecendo regras de restrição de uso da água para irrigação e aquicultura para garantir o abastecimento de cidades, estabelecendo regras de uso da água conjuntas com os Estados para os principais açudes e sistemas hídricos e cadastrando áreas irrigadas por meio de aquisição e tratamento de imagens de satélite.

Tanto na região Sudeste quanto na Região Nordeste, a ANA tem aumentado o número de campanhas de fiscalização de usos e medições com a finalidade de garantir que as restrições impostas em razão da seca estão sendo cumpridas pelos usuários e que, ainda que com baixa vazão, os rios e reservatórios e poderão garantir o abastecimento humano. Uma série de estudos e ações está em curso e tem a finalidade de promover um monitoramento contínuo e a ações interventivas contra a seca devidamente articuladas entre as esferas federal e estadual, os setores usuários e os comitês de bacias.

### Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH)

O Plano Nacional de Segurança Hídrica, iniciado em setembro de 2014, é resultado de parceria firmada entre o Ministério da Integração Nacional e a Agência Nacional de Águas (ANA). Tem como escopo a definição das principais intervenções estruturantes do País (Barragens, Sistemas Adutores, Canais e Eixos de Integração) de natureza estratégica e relevância regional. São ações necessárias para garantir a oferta de água para o abastecimento humano e para o uso em atividades produtivas e reduzir os riscos associados a eventos críticos (secas e cheias), até 2035. Os diagnósticos já foram concluídos e os produtos finais estão previstos para setembro de 2016.

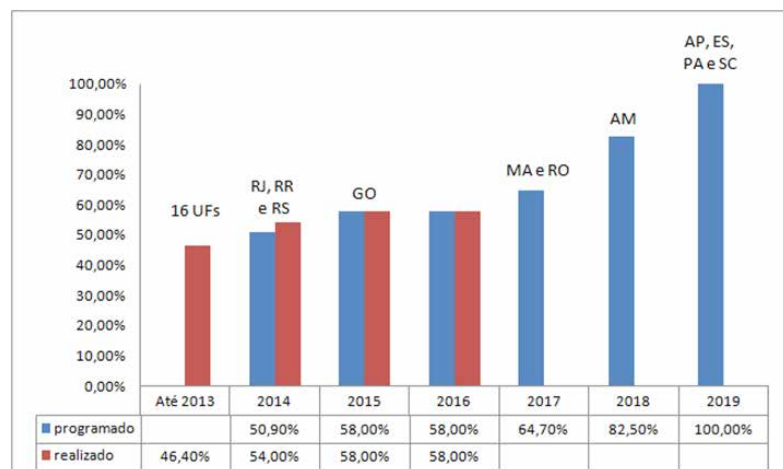
### Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)

O PNRH foi aprovado em 2006 pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) com horizonte até 2020. O Plano foi definido a partir de cenários de planejamento, com revisão a cada quatro anos, visando influenciar o Planejamento Plurianual (PPA) do governo federal e dos estados. Em 2011, ocorreu a primeira revisão do PNRH, que estabeleceu 22 prioridades refletidas no PPA de 2012-2015. A revisão, em curso, envolve consulta pública on-line aos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento



to de Recursos Hídricos e à sociedade em geral por meio do site [www.participa.br/recursos\\_hidricos](http://www.participa.br/recursos_hidricos). Os resultados orientarão as ações para o último ciclo de implementação (2016-2020) por meio de diretrizes, prioridades e indicadores que deverão gerar compromissos de órgãos do governo federal e dos órgãos estaduais.

De 2009 a 2015, foram concluídos, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), os Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERH) do Mato Grosso (2009), Paraná (2009), Mato Grosso do Sul (2010), Acre (2012), Rio Grande do Sul (2014) e Goiás (2015). Em 2013, os estados do Amazonas, Maranhão e Rondônia receberam recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente para a elaboração dos seus planos estaduais. Em 2015, o MMA firmou pareceria com a Agência Nacional de Águas (ANA) para o apoio à revisão dos PERHs do Rio Grande do Norte e Paraíba, estados receptores das águas do Projeto de Transposição da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. O apoio aos estados terá continuidade no PPA 2016-2019, com a meta de ampliar de 58% para 100% a área do território nacional coberta com Planos Estaduais de Recursos Hídricos, conforme gráfico abaixo.



## Participação social e educação ambiental para a gestão dos recursos hídricos

Entre 2009 e 2016, a SRHU/MMA coordenou a realização de quatro edições do Encontro Formativo Nacional de Educação Ambiental para a Gestão das Águas, uma estratégia para dialogar, formar e fortalecer a rede de educadores ambientais, comunicadores e ativistas que atuam na gestão dos recursos hídricos no país.

## Gestão das águas subterrâneas

Foi aprovado pela Resolução CNRH nº 99/2009 o Programa Nacional de Águas Subterrâneas. Destaca-se a aprovação da Resolução CNRH nº 107/2010, que estabelece diretrizes e critérios a serem adotados para o planejamento, implantação e operação de Rede Nacional de Monitoramento Integrado Qua-

litativo e Quantitativo de Águas Subterrâneas; e a Resolução nº 153/2013, que define critérios e diretrizes para implantação de Recarga Artificial de Aquíferos no Território Brasileiro. O Ministério do Meio Ambiente apoiou, técnica e financeiramente, o Paraná na elaboração da Carta de Águas Subterrâneas do Estado, permitindo um melhor planejamento para o uso e proteção dos seus recursos hídricos.

## Regulamentação da outorga

O CNRH, no âmbito de sua competência para estabelecer diretrizes complementares à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e aplicação de seus instrumentos, regulamentou, por meio da Resolução nº 140/2013, critérios gerais para outorga de lançamento de efluentes para diluição em corpos de água superficiais, contribuindo para a melhoria da qualidade da água no país e para o seu reuso. Definiu, ainda, por meio da Resolução nº 141/2012, critérios para outorga de direito de uso e enquadramento em rios intermitentes, possibilitando aos órgãos gestores da região Nordeste elementos para uma melhor gestão de corpos d'água com essas características.

## Regulamentação da lei que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens

Em 2010, foi sancionada a Lei nº 12.334/2010, que estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) e criou o Sistema Nacional de Segurança de Barragens. Essa Lei atribuiu ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e à Agência Nacional de Águas (ANA) novas competências. Com base nisso, o CNRH aprovou a Resolução nº 143/2012, que define critérios gerais de classificação de barragens por categoria de risco, dano potencial associado e pelo volume do reservatório, em atendimento ao art. 7º da Lei nº 12.334/2010 e à Resolução nº 144/201, que estabelece diretrizes para implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, regulamentando, assim, o art. 20 da referida Lei.

## Programa para Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata (PMARCO)

O DRH/SRHU exerce a coordenação nacional do Comitê Intergovernamental da Bacia do Prata, financiado pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF). Com início em 2010 e final previsto para 2016, tem como objetivo o fortalecimento da cooperação fronteiriça entre os governos e atores sociais da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, visando-a obter meios para que a gestão dos recursos hídricos da Bacia aconteça de maneira integrada e sustentável.

## **Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas**

Incluído no PPA 2008-2011 e PPA 2012-2015, o Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas foi desenvolvido, prioritariamente, nas bacias hidrográficas dos rios Alto Paraguai e São Francisco, sendo que, neste, as ações integradas para revitalização estão em estágio mais avançado. Mesmo sendo essas bacias prioritárias, foram atendidas demandas específicas de outras bacias situadas, em todo o território brasileiro, com investimento de, aproximadamente, R\$ 2 milhões, e apoio ao Projeto de Revitalização do Parque Ambiental Chico Mendes, município de Rio Brancos/AC; ao projeto-piloto destinado à preservação da micro bacia do Ribeirão Bom Jardim, tributário do Rio Uberabinha, mananciais que atendem 100% do abastecimento público de Uberlândia/MG; e ao projeto de recuperação e preservação da micro bacia hidrográfica no Parque Jurema, em São João de Meriti/RJ.

### **Revitalização das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Alto Paraguai**

O MMA investiu cerca de R\$ 5 milhões em projetos de manejo integrado de micro bacias, que contemplam intervenções destinadas à conservação da água e do solo na região do Alto Rio São Francisco; implementação das atividades dos Centros de Recuperação de Áreas Degradadas (CRAD), que visam implantar e difundir modelos demonstrativos de restauração de ambientes florestais; realização de Operações de Fiscalização Preventiva Integrada (FPI), para promover a recuperação da bacia e estimular práticas que reparem e previnam danos ambientais.

Cerca de R\$ 1,5 milhão foram investidos na Bacia do Alto Paraguai. Os recursos foram utilizados em ações de recuperação e conservação ambiental da micro-bacia hidrográfica das nascentes do Rio Aquidauana, em Mato Grosso de Sul (município de São Gabriel do Oeste), e no projeto de recuperação das nascentes e conservação dos recursos hídricos do pantanal mato-grossense, na sub-bacia do Rio Paraguai, no estado de Mato Grosso, em parceria com a Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT). Está em andamento um convênio com o governo de Mato Grosso do Sul para desenvolver o Projeto Capacitação para o Desenvolvimento Sustentável na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari.

### **Programa Produtor de Água**

Tem como foco o estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) voltada à proteção dos recursos hídricos no Brasil. O programa apoia, orienta e certifica projetos que visem à redução da erosão e do assoreamento de mananciais no meio

rural, propiciando a melhoria da qualidade, a ampliação e a regularização da oferta de água. De 2012 até 2014 foram recuperados e conservados um total de 6.204 ha de solos, matas ciliares e áreas de nascentes. Recentemente, a ANA pactuou com o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) o lançamento de um edital para apoio à preservação de mananciais que atendem a regiões metropolitanas localizadas em bacias hidrográficas consideradas críticas. Os projetos encontram-se em análise e serão desenvolvidos nos próximos quatro anos.

### **Pacto Nacional pela Gestão das Águas**

O Pacto Nacional pela Gestão das Águas é um acordo de cooperação voluntário, que tem por objetivos a construção de compromissos entre os entes federados e o fortalecimento da gestão integrada dos recursos hídricos no País. Tem por objetivo a promoção do uso múltiplo e sustentável das águas, sobretudo em bacias compartilhadas. Para tanto, o Pacto se vale da construção de arranjos e formalização de compromissos com os entes federados e entre esses e faz parte das ações de fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh).

### **Programa de Fortalecimento da Gestão**

O Programa de Fortalecimento da Gestão (Progestão) constitui a ferramenta de consolidação do Pacto, e visa fornecer estímulo financeiro (R\$ 100 milhões nos próximos cinco anos) às unidades da Federação para o alcance de metas e avanços na gestão do sistema estadual de recursos hídricos, acordados em contrato. Os desembolsos estão vinculados a essas metas, caracterizando uma abordagem de pagamento por resultados. Os recursos se destinam às ações voltadas para a gestão da água. Todos os 26 estados da Federação e o Distrito Federal já aderiram ao Progestão e pactuaram metas.

### **Prevenção de impactos de eventos hidrológicos críticos**

A ANA vem conduzindo com o Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos (USACE, da sigla em inglês), desde 2013, um Programa de Capacitação Técnica de formação continuada para melhorar sua atuação relacionada à prevenção de impactos de eventos hidrológicos críticos, à supervisão da operação de reservatórios, à coordenação da Rede Hidrometeorológica Nacional e à regulação do uso da água.

Os serviços de capacitação técnica – executados principalmente no Brasil – contemplam cursos regulares ofertados pelo USACE, treinamento em serviço nos Estados Unidos, workshops e visitas técnicas orientadas ao USACE e outras instituições americanas que atuam nas áreas de interesse.



## **Realização de Batimetria dos Reservatórios do Nordeste**

Levantamentos aerofotogramétricos da parte seca e batimétricos da parte submersa, com o fim de atualização das curvas Cota x Área x Volume de 30 açudes presentes na região Nordeste do Brasil e norte do Estado de Minas Gerais. O Objetivo é conhecer a capacidade de reserva de água desses reservatórios. Os levantamentos foram contratados em 2015, serão realizados nos anos de 2016 e 2017.

## **Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - Prodes**

O Prodes consiste na concessão de estímulo financeiro pela União, na forma de pagamento pelo esgoto tratado, a Prestadores de Serviço de Saneamento que investirem na implantação e operação de Estações de Tratamento de Esgotos (ETE), desde que cumpridas as condições previstas em contrato.

Em 15 anos, de 2001 a 2016, o Programa já contratou ou selecionou para contratação 77 empreendimentos que atenderão a cerca de 9 milhões de brasileiros quando estiverem em pleno funcionamento. A ANA já disponibilizou aproximadamente R\$ 374 milhões pelo esgoto tratado. Tais recursos alavancaram investimentos de R\$ 1,52 bilhão por parte dos prestadores de serviços de saneamento na implantação ou ampliação das estações de tratamento de esgotos.

## **Relatório “Governança das Águas no Brasil”**

Em 2013, a ANA celebrou acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com o objetivo de realizar um diálogo político para analisar e avaliar a governança do sistema de gestão de recursos hídricos no Brasil. Um dos resultados foi o relatório “Governança das Águas no Brasil”, lançado em 2015. Esse relatório apresenta, examina e compara experiências e “boas práticas” internacionais com a experiência brasileira e sugerir plano de ações para aprimorar a governança dos recursos hídricos e fortalecer os mecanismos de alocação de água no País.

O sucesso do primeiro acordo levou à celebração de novo acordo com foco na cobrança pelo uso dos recursos hídricos e opções de instrumentos econômicos no contexto brasileiro.

## **Atlas de Vulnerabilidade**

Atlas de Vulnerabilidade a Inundações: publicado em 2013, o estudo tem o objetivo de identificar as áreas inundáveis dos rios brasileiros e definir sua vulnerabilidade em função da estimativa da frequência das ocorrências de inundações e do grau dos impactos. O estudo pretende contribuir para a alocação racional

de recursos públicos, servindo de guia para a implementação de políticas públicas de prevenção e mitigação de eventos críticos e o planejamento de infraestrutura e de medidas não estruturais.

## **Atlas Brasil de Abastecimento Urbano de Água**

Lançado em 2009, com atualização e revisão de dados desde então, o Atlas consolida um amplo trabalho de diagnóstico e planejamento nas áreas de recursos hídricos e saneamento no Brasil, com foco na garantia da oferta de água para o abastecimento das sedes urbanas em todo o País. A elaboração do Atlas contou com a mobilização de equipe multidisciplinar e a parceria de diversas instituições. A partir dos resultados de diagnóstico detalhado, em que foram avaliados todos os mananciais e sistemas de produção de água de cada sede urbana, são indicadas as principais obras e ações de gestão para o atendimento das demandas até 2025. Também são indicadas ações de coleta e tratamento de esgotos necessárias para a proteção da qualidade das águas dos mananciais. Ao abordar também os custos das soluções propostas e os arranjos institucionais mais indicados para viabilizá-las, o Atlas oferece um portfólio de projetos e obras abrangente e disponibiliza ferramenta adequada para a tomada de decisões e racionalização de investimentos.

## **Salas de Situação**

Sala de Situação da ANA e Salas de Situação Estaduais funcionam como centros de gestão de situações críticas que buscam identificar ocorrências e permitir a adoção antecipada de medidas mitigadoras dos efeitos de secas e inundações. Envolve rede de monitoramento de níveis de rios e reservatórios em tempo real. A Sala de Situação da ANA encontra-se em operação desde 2010. Desde 2011, a ANA apoia, por Acordos de Cooperação Técnica, a instalação de Salas de Situação nos Estados, integradas à própria Sala da Agência, onde estão presentes o órgão gestor de recursos hídricos, instituto de meteorologia e Defesa Civil Estadual. Atualmente, 26 Salas de Situação para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos encontram-se em operação nos estados.

## **Desastres**

Mais recentemente, face ao rompimento da barragem de rejeitos do Fundão, em Mariana, Minas Gerais, a ANA vem reforçando suas iniciativas de monitoramento, junto a parceiros estaduais e junto ao Serviço Geológico do Brasil (CPRM), além de estar envolvida em grupos técnicos que buscam alternativas de abastecimento de água em toda a bacia. Reforçou, ainda, o repasse de recursos para a Agência de Bacia do Rio Doce para permitir detalhar as ações de recuperação que se farão necessárias para os próximos anos.

## Programa Água Doce (PAD)

O Programa Água Doce se estabeleceu como política pública de acesso à água por meio do aproveitamento sustentável de águas subterrâneas salobras e salinas. Sua metodologia incorpora os cuidados ambientais, sociais e técnicos na implantação, recuperação e gestão de sistemas de dessalinização. A partir de 2010, suas ações vêm sendo orientadas pelos Planos Estaduais de Implementação e Gestão do Programa Água Doce. Em 2011, o PAD passou a integrar o Programa Água Para Todos, no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, assumindo a meta de aplicar a metodologia do Programa na implantação e gestão de 1.200 sistemas de dessalinização, com investimentos de cerca de R\$ 240 milhões, beneficiando, aproximadamente, 500 mil pessoas. Até o momento, foram diagnosticadas 3.145 comunidades em 298 municípios. Da meta de se implantar 1.200 sistemas de dessalinização, 713 obras já estão contratadas, 159 sistemas já foram implantados ou recuperados e 79 estão em fase de implantação.





# RESÍDUOS SÓLIDOS



Após 21 anos de tramitação no Congresso Nacional, em agosto de 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi instituída pela Lei no 12.305/10. A PNRS trouxe instrumentos para que municípios brasileiros iniciassem o enfrentamento aos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. Entre os instrumentos, destacam-se a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e a logística reversa.

## Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)

A aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, após vinte e um anos de discussões no Congresso Nacional, marcou o início de uma forte articulação institucional envolvendo União, Estados e Municípios, o setor produtivo e a sociedade em geral na busca de soluções para a gestão dos resíduos sólidos. Desde a aprovação da Política, o MMA vem atuando na implementação da Lei e dos seus instrumentos - acordos setoriais que estabelecem a logística reversa, planos de gestão integrada de resíduos sólidos, sistema nacional de informações sobre a gestão dos resíduos, estudos de regionalização e educação ambiental.

## Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR)

O SINIR é um dos instrumentos previstos na Lei nº 12.305/10. O investimento foi de R\$ 5,4 milhões e, desde dezembro de 2012, a Política Nacional de Resíduos Sólidos conta com o portal SINIR no endereço [www.sinir.gov.br](http://www.sinir.gov.br).

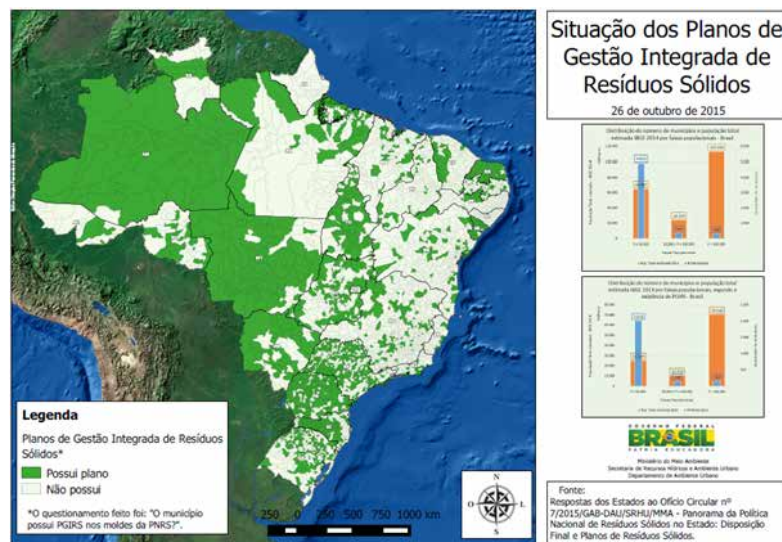
## Estudos de regionalização e Planos Estaduais de Resíduos Sólidos (PERS)

O MMA apoiou a elaboração de estudos de regionalização para a gestão integrada de resíduos sólidos antes mesmo da publicação da Lei nº 12.305/2010, tendo como referência a Lei nº 11.445/2007 (Lei do Saneamento Básico). Atualmente, 17 estados já concluíram seus estudos de regionalização: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Desse, 16 tiveram seus estudos elaborados por meio de convênios firmados com o MMA, totalizando aproximadamente R\$ 7,5 milhões. Estão concluídos os Planos Estaduais de Resíduos Sólidos (PERS) de nove estados: Acre, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe, cada qual com metodologias próprias e níveis de detalhamento variados. Em diferentes fases de execução e contratação encontram-se os PERS de Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina e Tocantins.

## Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS)

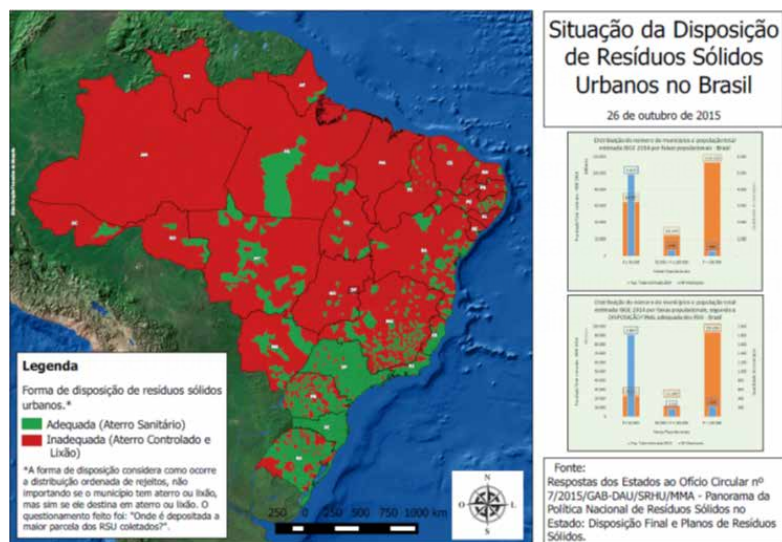
Pesquisa realizada pelo Ministério do Meio Ambiente, em julho de 2015, junto aos governos estaduais, mostra que 2.325 municípios brasileiros (41,7%) declararam possuir Plano de Gestão Integrada de

Resíduos Sólidos (municipal ou intermunicipal), nos termos estabelecidos na PNRS, conforme mapa e gráficos abaixo.



## Capacitação em Gestão de Resíduos Sólidos

Em três edições do curso de ensino a distância (EaD) ofertado pelo MMA, foram capacitados 421 profissionais, distribuídos em 269 diferentes municípios de 25 unidades da Federação.



## Inclusão socioprodutiva de catadores de materiais recicláveis

O apoio do MMA aos catadores de materiais recicláveis (CIISC, Cataforte, Copa do Mundo Fifa 2014, Prêmio Cidade Pró-Catador, Pronatec Catador) acontece desde 2003, a partir da criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC). O MMA atua no Projeto Cataforte, que visa possibilitar a inserção de cooperativas de catadores no mercado da reciclagem, onde já investiu R\$ 5,3 milhões destinados a ações de assistência téc-



nica às 33 redes de empreendimentos solidários. Destaca-se, também, o apoio do Ministério à reciclagem na Copa Fifa 2014, ao Prêmio Cidade Pró-catador e ao Pronatec.

## **Gestão de resíduos sólidos na revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e do Rio Doce**

Dos 504 municípios considerados na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, o MMA disponibilizou cerca de R\$ 2,8 milhões para elaboração dos estudos de regionalização e planos estaduais em Minas Gerais, Alagoas e Bahia. Foram destinados R\$ 520 mil para o consórcio de 16 municípios de Minas Gerais. Para planos intermunicipais, foram investidos R\$ 198 mil no baixo São Francisco (em Sergipe) e R\$ 4,8 milhões em 84 municípios de Alagoas, Pernambuco e Minas Gerais, totalizando ações em mais de 100 municípios. Na Bacia do Rio Doce, foi estabelecida uma ordem de prioridades que selecionou 38 municípios localizados na calha do rio (trecho crítico). Dentre os 226 considerados na Bacia, foram incorporados dois municípios afetados (extra bacia) e outros 691 pelos consórcios, totalizando 919 municípios.

## **Logística Reversa de Lâmpadas**

O acordo setorial para implantação do Sistema de Logística Reversa de Lâmpadas Fluorescentes de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista foi assinado em 27/11/2014 e teve seu extrato publicado no DOU de 12/3/2015. Seu objetivo é garantir que a destinação final dos resíduos dessas lâmpadas seja feita de forma ambientalmente adequada e em conformidade com a Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ao longo de 2015, foi criada a entidade gestora responsável por operacionalizar o sistema de logística reversa de lâmpadas, denominada Recilus.

## **Acordo Setorial para Implantação do Sistema de Logística Reversa de Embalagens Plásticas de Óleo Lubrificante**

Este Acordo Setorial foi assinado em 19/12/2012 e seu extrato publicado no DOU de 7/2/2013, disponível no sítio do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR) e do Programa Jogue Limpo, entidade gestora do Sistema. As informações acerca da quantidade de embalagens plásticas comercializadas e destinadas de forma ambientalmente adequada estão consolidadas em relatório disponível em [www.sinir.gov.br](http://www.sinir.gov.br). Em consulta ao sítio [www.joguelimpo.org.br](http://www.joguelimpo.org.br), no dia 25/4/2016, verifica-se, no painel de recebimento, que as embalagens plásticas de lubrificantes usadas, recebidas e recicladas desde 2005 já superam a casa dos 265 milhões de unidades. Fo-

ram iniciadas as discussões acerca do Termo Aditivo ao Sistema de Logística Reversa de Embalagens Plásticas de Óleo Lubrificante para definir a expansão do Sistema para outras regiões.

## **Logística Reversa de embalagens em geral**

O acordo que institui o Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral foi assinado em novembro de 2015 com uma coalizão de 20 entidades representativas de mais de mil empresas. O acordo possui metas estruturantes, como o apoio às cooperativas de catadores de materiais recicláveis e a instalação de pontos de entrega voluntária, além de possuir meta de recolhimento diário de 3.815 toneladas de embalagens, objetivo que deverá ser alcançado até o final de 2017.

## **Logística Reversa de Óleo Lubrificante**

Esta cadeia de logística reversa foi instituída por meio da Resolução CONAMA nº 362/2005 e já é uma cadeia consolidada. O MMA e o Ministério de Minas e Energia estabelecem as metas de recolhimento do sistema. A estratégia adotada, nos últimos anos, foi a de reduzir a diferença entre o volume coletado nas regiões Sul e Sudeste, relativamente maiores, e o restante do país. Nesse sentido, cabe destacar que enquanto o volume de óleo usado coletado no Brasil, entre 2008 e 2014, avançou 26%, ele mais que dobrou nas regiões Norte e Nordeste e teve um crescimento de 62% na região Centro-Oeste. Para os próximos anos, permanece a estratégia de redução das disparidades, porém já visando um aumento nas metas de coleta para o Brasil, no médio prazo. O MMA iniciou negociação para assinatura de um acordo setorial junto aos fabricantes, o que deve eliminar gargalos neste sistema de logística reversa.

## **Logística Reversa de Equipamentos Eletroeletrônicos e Medicamentos**

Os acordos setoriais que estabelecerão a logística reversa de equipamentos eletroeletrônicos e de medicamentos vencidos ou em desuso estão em fase final de negociações.

## **Implantação do Registro de Emissões e Transferência de Poluentes (RETP) no Brasil**

O RETP é um sistema de levantamento, tratamento, acesso e divulgação pública de dados e informações sobre emissões e transferências de poluentes que causam ou têm o potencial de causar impactos maléficos aos compartimentos ambientais ar, água e solo. É baseado no direito público de saber. A concepção do modelo do RETP brasileiro contou com a construção de lista dos poluentes efetiva ou potencialmente poluidoras dos compartimentos ambientais água, solo e ar; elaboração de Manual do Declarante do RETP; e programa de capacitação, com partici-

pação de 1.543 profissionais de 437 representantes das grandes e médias indústrias brasileiras. O MMA e o Ibama assinaram, em 2015, um Acordo de Cooperação Técnica visando o aprimoramento e manutenção do Registro de Emissão e Transferência de Poluentes (RETP) no Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (RAPP), previsto no Cadastro Técnico Federal do Ibama.

## **Gestão ambientalmente adequada de substâncias e produtos químicos**

Foi elaborado o Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo, que sistematiza as medidas para atender aos compromissos internacionais assumidos pelo país quando da ratificação da Convenção. Entre 2010 e 2015, vários documentos e estudos foram realizados, dentre os quais cinco inventários e planos de ação referentes a estoques e resíduos de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) utilizados como agrotóxicos e

outros usos; Bifenilas Policloradas (PCBs); novos POPs de uso industrial; áreas contaminadas com POPs; e Dioxinas e Furanos; além de estudos sobre o monitoramento de resíduos de agrotóxicos e POPs em água e leite humano; sobre a concentração de POPs em leite humano; e a avaliação socioeconômica de ações para implementação da Convenção de Estocolmo sobre POPs. Construído com participação e envolvimento de diversos atores (governo, sociedade civil, indústria e academia), o Plano Nacional foi submetido a consultas finais, validação, divulgação e transmitido ao Secretariado da Convenção de Estocolmo na COP-7, em abril de 2015. A implementação dos Planos de Ação foi iniciada em 2016.

Obs: Para saber sobre a Convenção de Minamata, veja o capítulo “Atuação Internacional”.





# QUALIDADE DO AR



O Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve) e o Programa de Controle da Poluição do Ar por Ciclomotores, Motociclos e Similares (Promot) avançaram para novas fases, com redução de emissões obrigatórias para motores a diesel e a gasolina. Somado ao avanço tecnológico exigido da indústria para reduzir as emissões de poluentes, o resultado foi a melhora da qualidade do ar nas cidades brasileiras. Em 2011 e 2014, o Brasil lançou os dois primeiros inventários de emissões por veículos automotores.

## Proconve P7

Entrou em vigor, em janeiro de 2012, a fase 7 do Proconve (P7) para veículos pesados novos, criado pela Resolução Conama nº 403/2008. Para atender os novos limites de emissões, foram necessárias mudanças tecnológicas nos veículos, motores, sistemas de pós-tratamento de gases e no combustível. Em janeiro de 2012, teve início a comercialização do diesel S50 (50 ppm de enxofre) e, em 2013, ele foi substituído pelo diesel S10 (10 ppm de enxofre), tornando obrigatório o uso desse combustível pelos veículos pesados novos para evitar danos aos motores e sistemas de pós-tratamento de gases de combustão.

## Proconve L6

A fase L6 do Proconve, instituída pela Resolução Conama nº 415/2009, estabeleceu novos limites de emissão de poluentes atmosféricos para os veículos leves. Entrou em vigor em duas etapas, nos anos de 2013 e 2014. E atender aos novos limites exigiu a incorporação de novas tecnologias aos veículos e a melhoria nos combustíveis que devem ser utilizados. Além do diesel S10, utilizados pelos veículos leves a diesel comercializados a partir de 2013, foi reduzido em 94% o teor de enxofre da gasolina comercializada para a toda a frota.

## Promot M4

Ciclomotores e veículos similares novos entraram na fase M4 do Promot, regulamentada pelas Resoluções Conama nº 432/2011 e 456/2013, que adotou novos limites de emissão de poluentes atmosféricos. Esta fase entrou em vigor em duas etapas, nos anos de 2014 e 2016. Os veículos passaram a ter injeção eletrônica de combustível e catalizadores em todos os modelos, abandonando tecnologias antigas e incapazes de atender aos novos limites. Somado ao uso de uma gasolina mais limpa, a mudança trará uma série de impactos positivos à qualidade do ar, afetada pelo vertiginoso aumento de cerca de 360% no número de veículos em circulação entre 2000 e 2012.

## Proconve MAR

A fase MAR do Proconve estabeleceu limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos e de ruídos para máquinas agrícolas e rodoviárias novas. Instituída pela Resolução Conama nº 433/2011, essa fase foi dividida em quatro etapas de implantação. A primeira, executada a partir de janeiro de 2015, para motores com faixas de potência igual ou superior a 37 kW, e a segunda tem início previsto para janeiro de 2017, sendo válida para todos os motores destinados a máquinas rodoviárias em produção ou importados. Em janeiro de 2017, a regra vale para todos os motores destinados a máquinas agrícolas novas, em produção ou importadas, com potência igual ou maior que 75 kW. E, em 2019, serão

incluídas as máquinas agrícolas com potência igual ou superior a 19 kW, indo até 75 kW.

## Inventário

O 1º Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários foi concluído em 2011. Fruto de um esforço conjunto de diversas instituições (GT sob coordenação da GQA), o Inventário apresentou o cálculo das emissões no período entre 1980 e 2009, bem como projeções até 2020. As informações geradas servirão ao planejamento futuro de redução de emissões, quantificação dos principais poluentes, ano a ano, assim como classes de veículo responsáveis pelas principais emissões. Em 2014, foi lançado o segundo inventário, consolidando a metodologia, atualizando e qualificando os dados utilizados. Incorporou, também, os cálculos de emissões, ampliando o escopo da ferramenta e agregando dados de pesquisas recentes.

## Redes de qualidade do ar

Em 2014, foi lançado o 1º Diagnóstico da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar no Brasil, produzido pelo MMA em parceria com o Instituto Energia e Meio Ambiente. O documento traz informações sobre a situação atual do monitoramento da qualidade do ar no país. Aborda, principalmente, a cobertura territorial e a configuração das redes de monitoramento operadas pelos órgãos estaduais de meio ambiente (OEMAs). Congrega dados das séries históricas de medições entre 2000 e 2012 e as estratégias adotadas pelos OEMAs para gerir suas estruturas de monitoramento.

## Indústria

Fontes fixas instaladas ou com pedido de licença de instalação anteriores a 2 de janeiro de 2007 passaram a atender às Resoluções Conama nº 436/2001 e 382/2006. A norma estabelece limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos inclusive para fontes. Fábricas antigas terão de se modernizar e diminuir suas emissões, equiparando-se às fábricas novas. Como efeito, ocorreram avanços tecnológicos no parque industrial brasileiro, resultando em uma das medidas de maior impacto ambiental já aprovadas nos últimos anos. Houve, ainda, impacto substancial positivo nos níveis de poluição do ar, principalmente em áreas urbanas.

## Plano Nacional de Qualidade do Ar

O Brasil ratificou, em março de 20014, o Plano de Ação Regional de Cooperação Intergovernamental sobre Poluição Atmosférica para América Latina e Caribe, dando início aos entendimentos para a elaboração do Plano Nacional de Qualidade do Ar (PNQA). O Fórum de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, com o apoio do **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente** (Pnuma), determinou sua realização, com foco no controle dos poluentes locais regulamentados.



# LICENCIAMENTO AMBIENTAL



Entre 2010 e 2016 (até março), foram emitidas, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), 4.282 licenças ambientais, o equivalente a três licenças por dia útil. O órgão promoveu, nos últimos anos, esforços na qualificação, organização e avanços tecnológicos nos procedimentos de licenciamento ambiental, a exemplo da implementação do programa Siga2. Além disso, também foram identificados avanços na destinação de recursos da Compensação Ambiental que, entre 2011 e 2015, rompeu a marca de R\$ 1 bilhão.

## Prêmio Internacional da Associação Internacional de Avaliação de Impacto (IAIA)

A modernização do licenciamento ambiental se iniciou com estudos internacionais sobre o tema e a avaliação de impactos ambientais. Isso gerou a elaboração da proposta de Matriz de Impacto por Tipologia de Empreendimento, orientando e padronizando a análise de impacto ambiental, a gestão e o acompanhamento dos programas ambientais. Foram ações que permitiram ao Ibama receber, em 2012, o Prêmio Internacional da Associação Internacional de Avaliação de Impacto (IAIA) pelos avanços obtidos na avaliação de impacto ambiental, no âmbito do processo de licenciamento.



## Implantação do Siga2

O Ibama promoveu, nos últimos anos, avanços tecnológicos destinados à melhoria do processo de licenciamento, com destaque para a implementação do Siga2, que se encontra em uso no módulo Empreendedor e, em fase de teste, no módulo LAF. O programa apoiará as análises técnicas e decisões administrativas do licenciamento ambiental federal, com desenvolvimento de funcionalidades, como infográficos, relatórios e mapas temáticos dinâmicos, que servirão de guia aos usuários internos e externos. Vale registrar o grande impacto de tais medidas para a proteção do meio ambiente, considerando a importância das licenças ambientais emitidas para os empreendimentos significativos entre 2011-2014, como Belo Monte, Santo Antônio, Jirau, e Teles Pires.

## Emissão de licenças ambientais

Entre 2010 e 2016 (até março), foram emitidas, pelo Ibama, 4.282 licenças ambientais, conforme tabela abaixo.

Licenças emitidas	
2010	518
2011	623
2012	709
2013	838
2014	814
2015	667
2016 (até março)	113
<b>Total</b>	<b>4.282</b>

## Compensação ambiental

Foram identificados avanços na destinação de recursos da compensação ambiental, que, entre 2011 e 2015, rompeu a marca de R\$ 1 bilhão, permitindo atender os biomas presentes no território nacional. Esse cenário só foi possível porque o Ibama estruturou a Coordenação de Compensação Ambiental (CCOMP) para organizar e instruir os processos de destinação e cobranças dos recursos gerados no processo de licenciamento ambiental. A destinação desses recursos está prevista no artigo 36 da Lei nº 9.985/2000 (SNUC) e no Decreto nº 6.848/2009.

## Portal Nacional de Licenciamento Ambiental

As melhorias inseridas no Portal Nacional de Licenciamento Ambiental (PNLA) começaram em novembro de 2012 e decorreram de um amplo processo de articulação institucional entre o MMA e os órgãos licenciadores. O objetivo era disponibilizar as informações sobre o processo de licenciamento ambiental produzida pelos órgãos licenciadores da União, dos estados e do Distrito Federal. Em 2014, os bancos de dados dos órgãos licenciadores, em âmbito federal, estadual e distrital, foram integrados, permitindo o funcionamento dos mecanismos de pesquisa de licenças e informações sobre o licenciamento ambiental no Portal. No ano de seu lançamento, o PNLA foi o sítio com maior número de registro de acessos entre os domínios vinculados ao MMA. Além de mecanismo para a disponibilização de informações sobre o licenciamento ambiental, o PNLA foi pensado de modo a constituir uma ferramenta de suporte para a formulação de políticas públicas e diretrizes de ação dos órgãos governamentais e das entidades que compõem o Sisnama, bem como para a democratização e controle social da informação ambiental.



# FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL



Entre 2014 e 2015, houve incremento de 31% na fiscalização ambiental deflagrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Os esforços e investimentos na área contribuíram para a redução do desmatamento na Amazônia. O Brasil diminuiu em quase 80% o desmatamento na região até 2015, tendo como base o ano de 2004, quando foi criado o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

## Monitoramento e fiscalização na Amazônia

Nos últimos anos, foram deflagradas pelo Ibama diversas operações para combate ao desmatamento ilegal na Amazônia. Iniciada em 2013, a Operação Onda Verde, por exemplo, tem o objetivo de **ocupar todas as áreas da Floresta Amazônica afetadas pelo desmatamento ilegal, durante 12 meses por ano**. O combate direto tem sido realizado por meio de bases operacionais permanentes e estabelecidas em locais críticos, de modo a inibir as atividades ilegais e permitir o rápido atendimento de alertas gerados pelos sistemas de monitoramento.

Em outra frente, o foco é a cadeia econômica beneficiária dos ilícitos ambientais, realizando e dando suporte a investigações administrativas e policiais para desarticular quadrilhas que promovem exploração ilegal de madeira, grilagem de terras e corte raso da floresta, principalmente, em áreas protegidas. Em 2014, por exemplo, a Operação Castanheira levou à prisão o maior desmatador da Amazônia, Ezequiel Castanha. O **órgão** também investiu em inovação tecnológica e, com a introdução de sensores de maior capacidade no monitoramento, houve aumento significativo na produção de alertas – mais de 100 mil em 2015 –, exigindo a implantação de uma fiscalização mais inteligente. Esses avanços permitiram, por exemplo, a identificação de área de degradação no norte do Mato Grosso, o que possibilitou à equipe do Ibama atuar e impedir um desmatamento de cerca de 800 km<sup>2</sup> em 2015.

### Números da fiscalização na Amazônia

Equipes de fiscalização – 113, entre 2013 e 2014; 143, entre 2014 e 2015 (incremento de 21%)

Servidores/dia em operação – 24.525, entre 2013 e 2014; 29.100, entre 2014 e 2015 (incremento de 16%)

Quantidade de autos de infração – 3.899, entre 2013 e 2014; 5.982, entre 2014 e 2015 (incremento de 35%)

Valor das multas – R\$ 2 bilhões, entre 2013 e 2014; R\$ 2,9 bilhões, entre 2014 e 2015 (incremento de 31%)

Quantidade de caminhões apreendidos – 57, entre 2013 e 2014; 117, entre 2014 e 2015 (incremento de 51%)

Quantidade de motosserras apreendidas – 429, entre 2013 e 2014; 534, entre 2014 e 2015 (incremento de 20%)

Quantidade de áreas embargadas – 1.830 km<sup>2</sup>, entre 2013 e 2014; 2.131 km<sup>2</sup>, entre 2014 e 2015 (incremento de 14%)

## Monitoramento e fiscalização da pesca

Os esforços da fiscalização da atividade pesqueira voltaram-se, prioritariamente, para a frota industrial, cujo potencial de impacto é o mais elevado de todas as demais categorias, utilizando o emprego de sistemas de informação para identificar e aplicar sanções administrativas. A Operação Enredados, iniciada no fim de 2014, é considerada a maior operação de combate à pesca ilegal já realizada no país e resultou, até o momento, em 450 indiciamentos, sendo 27 de servidores públicos. Foram lavrados 50 autos de infração, aplicados R\$ 20 milhões em multas e apreendidas 1.200 toneladas de pescados. Dentre as diversas operações de combate à atividade pesqueira ilegal, realizadas nos últimos três anos, destacam-se Corsários do Atlântico, Argus, Lophius e Malha Azul, que, juntas, somaram cerca de R\$ 26 milhões em multas e apreensão de mais de 520 toneladas de pescado. Além disso, em 2014, foram apreendidas mais de 22 toneladas de lagosta sem origem legal, a maior dos últimos dez anos. Na Amazônia Azul, o Ibama atua, ainda, no monitoramento por meio de imagens de satélite para identificar derrames de óleo no mar, sobretudo, nas regiões de produção de petróleo, onde, até pouco tempo, a única informação disponível tinha como fonte os próprios produtores de petróleo.

### Outras ações de fiscalização

- Combate à mineração ilegal, especialmente, em terras indígenas na Amazônia
- Fiscalização de agrotóxicos oriundos de outros países
- Fiscalização da importação de pneumáticos e da cadeia reversa desses produtos
- Fiscalização do transporte interestadual de produtos perigosos
- Fiscalização do comércio e do uso ilegal de mercúrio
- Fiscalização e combate ao tráfico de animais silvestres



# INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS



A partir de 2010, houve uma revisão da escala territorial do fomento para permitir o acompanhamento mais qualificado dos projetos apoiados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Desde então, foram selecionados temas estratégicos que permitissem investimentos robustos e atendessem o maior número possível de beneficiários. Para isso, foram lançados, entre 2010 e 2016, quatro editais e dois termos de referência. Nesse período, foram apoiados 45 projetos, com investimentos exclusivamente nacionais da ordem de R\$ 85 milhões.

## Apoios

### Alguns resultados baseados no Relatório Completo do FNMA:

- TR FNMA 01/2010 – Apoio ao extrativismo e ao turismo ecológico em um mosaico de 11 UCs do Cerrado brasileiro, com R\$ 2,8 milhões investidos e dois projetos celebrados
- TR FNMA 01/2011 – Apoio ao uso sustentável da lenha na Catinga, com R\$ 6 milhões investidos e sete projetos celebrados
- Edital FNMA 01/2012 – Elaboração de Planos Estaduais de Recursos Hídricos para a Região Norte do país, com R\$ 4,5 milhões investidos e três projetos contratados
- Edital FNMA 01/2013 – Produção de sementes de nativas e implantação de parques fluviais urbanos, com R\$ 14 milhões investidos e cinco projetos contratados
- Edital FNMA 01/2014 – Formação de Educadores Ambientais na Agricultura Familiar, com R\$ 6,9 milhões em investimentos e 10 projetos contratados
- Edital FNMA 01/2015 – Recuperação de APP para Produção de Água em 18 bacias hidrográficas brasileiras com alta criticidade hídrica, com R\$ 50,9 milhões em investimentos e 18 projetos em processo de contratação

## Pequenos projetos

Além dos editais e termos de referência, o FNMA manteve o apoio a pequenos projetos. Para tanto, a demanda espontânea foi reestruturada, com prestações de contas parciais e repasse em parcela única. Foram estabelecidas as seguintes regras: apoio a até dez projetos por ano; apoio a projetos locais, inovadores e replicáveis; valores entre R\$ 100 e R\$ 300 mil por projeto e execução em até 24 meses. Entre 2010 e 2016, foram investidos R\$ 6.705.150,00 de recursos exclusivamente do FNMA em 26 projetos de ONGs e instituições públicas, em 16 estados da Federação.

## Monitoria in loco

Entre 2010 e 2016, houve uma intensificação do monitoramento in loco aos projetos em execução. Nesse período, foram celebrados 42 convênios e contratos de repasse, além de 13 acordos financeiros firmados por parceiros do FNMA. Dos instrumentos celebrados pelo FNMA, 38 (84%) receberam monitoria in loco até a presente data (maio 2016). Dos 13 projetos que não foram monitorados, quatro não apresentaram execução e devolveram todo o recurso ao Fundo. Outros quatro estão nas etapas iniciais de execução e devem ser monitoradas em 2016. Quanto aos contratos celebrados pelo Fundo Socioambiental (FSA) Caixa, todos receberam monitoria in loco pela equipe do MMA.

## Parcerias para incremento de recursos

A indisponibilidade de recursos levou o FNMA a empreender esforços na construção de parcerias com financiadores externos, conduta que contou com a credibilidade e expertise acumuladas em seus 26 anos de trajetória. Entre 2010 e 2016, foram investidos R\$ 85 milhões, sendo R\$ 29,3 milhões do FNMA e R\$ 55,8 milhões provenientes de parceiros financeiros do Fundo.

- 2010 – R\$ 2,8 milhões na primeira parceria com o FSA Caixa
- 2011 – R\$ 6 milhões também do FSA Caixa
- 2013 – R\$ 13 milhões investidos em projetos selecionados pelo FNMA
- 2016 – R\$ 8 milhões também do FSA Caixa

Até 2019 (em andamento), serão investidos mais R\$ 36 milhões, em parcerias com outros apoiadores financeiros, como o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, do Ministério da Justiça, com R\$ 8 milhões; Fundo de Desenvolvimento Florestal, do SFB/MMA, com R\$ 4 milhões; Fundo sobre Mudança do Clima, da SMCQ/MMA, com R\$ 8 milhões; e Agência Nacional de Águas (ANA), com R\$ 8 milhões.

## Eliminação de passivos do FNMA e do MMA

Dos 403 convênios que integravam o passivo FNMA, 147 foram finalizados com o apoio do Grupo de Trabalho (GT) de Convênios, criado pela Portaria Ministerial nº 235/2013, e 256 pela equipe do FNMA. No início de 2010, o Fundo concentrava 299 convênios expirados e que necessitavam de análise conclusiva, técnica ou financeira, e 104 convênios vigentes, celebrados antes de 2008, que se encerrariam até 2013. Em 2012, com apoio da Secretaria Executiva do MMA, o Fundo obteve auxílio de equipes técnicas das secretarias e entidades vinculadas para análise das comprovações acerca da execução técnica dos projetos. Em 2013, restavam 308 convênios no passivo. Após a criação do GT, 230 convênios tiveram as análises concluídas (53 convênios tiveram a TCE instaurada, 165 foram aprovados no Siafi e 12 convênios foram inscritos no Cadin, com valor do débito abaixo de R\$ 75 mil).

## Eliminação de 85% do passivo MMA

Em 2013, além do passivo do FNMA, o GT de Convênios, composto por 11 profissionais, analisou o passivo do MMA (SRHU e Saic) de 241 convênios. Portanto, o passivo total analisado foi da ordem de 644 convênios, sendo que 374 foram finalizados com apoio do GT. O Grupo de Trabalho de Convênios conta, hoje, com apenas quatro profissionais, pois os demais foram deixando o quadro por ocasião de término de contrato temporário, aposentadoria e cessão para outro ministério.



## Programa Nacional de Meio Ambiente

Com desembolso da ordem de 7,65 milhões de dólares, o Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) concluirá, até julho de 2016, sua segunda fase (PNMA II). Até agora, foram aplicados 6,84 milhões de dólares em oito programas voltados ao licenciamento ambiental, Cadastro Ambiental Rural (CAR) e sistemas automatizados de gestão do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Estão programados desembolsos de 800 mil dólares em recursos de empréstimos. A fase atual do projeto começou em 2009, com financiamento de 24,3 milhões de dólares do Banco Mundial (BIRD) e contrapartida de 10,4 milhões de dólares do governo federal. A expectativa é que o Programa seja estendido até julho de 2018, com previsão de aplicar 6,04 milhões de dólares em recursos de empréstimo e contrapartida.

## Modernização tecnológica do Ibama

O PNMA financiou, em 2012, o fortalecimento dos processos de avaliação de impacto de empreendimentos sobre Unidades de Conservação e a identificação de áreas vulneráveis à perda da biodiversidade, produzindo mapas de vulnerabilidade de espécies da fauna brasileira. Concluiu-se, em 2015, o processo de modernização da infraestrutura tecnológica do Ibama, com aquisição de equipamento e softwares. Iniciado ainda em 2012, processo semelhante financiou, também, a atualização tecnológica do processo de licenciamento ambiental na Diretoria de Licenciamento do Ibama (Dilic) e fortalecimento da gestão da informação no Centro de Telemática do órgão, com a instalação de servidores Rack, Swiches, dois storages de 180 TB cada, biblioteca de fitas de backups e 25 discos de FC300 GB.

## Data Center do MMA

Recursos da ordem de R\$ 2,5 milhões foram investidos na modernização do Data Center do MMA, permitindo a aquisição de servidores do tipo Blades. A necessidade de ampliar e modernizar a capacidade de processamento e armazenamento de dados dão suporte operacional ao Cadastro Ambiental Rural e ao Portal Nacional de Licenciamento Ambiental.

## Diagnóstico sobre instrumentos econômicos e políticas ambientais

O Departamento de Produção e Consumo Sustentável, da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (Saic), firmou contrato para a elaboração de diagnóstico sobre a aplicação de instrumentos econômicos na implementação de políticas ambientais em 2015, com atividades financiadas com recursos do PNMA II.

Unidade de Conservação, energia e abastecimento de água no semiárido

O Fundo realizou, também, investimentos em estudos de viabilidade da aplicação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação a setores de energia e abastecimento de água com recursos hídricos de unidades de conservação. Em cooperação com a Universidade Federal do Semiárido (UFRSA) e Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), instituiu uma metodologia para medir, qualificar e valorar esse serviço ambiental.





# CIDADANIA AMBIENTAL



O MMA articula as principais políticas ambientais e de desenvolvimento do Brasil, construindo um processo amplo e participativo com a sociedade civil. O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) definiu os novos padrões de produção e de consumo. Já a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) foi estruturada, fortalecida e ampliada, recebendo a adesão de 287 instituições. Em 2013, foi realizada, em Brasília, a 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, com o tema Resíduos Sólidos.

## **Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) e Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis**

O PPCS foi instituído em 2011 como resultado de um processo de construção amplo e participativo. É responsável pelas principais políticas ambientais e de desenvolvimento do Brasil, em articulação com os novos padrões de produção e de consumo mais sustentáveis. Ao longo do 1º ciclo do Plano (2011-2014), foram celebrados oito pactos setoriais, nos quais o setor privado e a sociedade se comprometeram a melhorar e desenvolver processos e produtos com melhor performance ambiental. Foram desenvolvidos estudos e capacitação com vistas a criar condições necessárias para internalizar a dimensão ambiental nos processos licitatórios e tornar as contratações públicas de bens e serviços mais sustentáveis. Duas campanhas de enorme repercussão nacional – “Saco é um Saco” e “Separe o Lixo e Acerte na Lata” – motivaram a adoção de práticas de consumo mais sustentáveis. Atualmente, estão em construção as diretrizes para implementar o 2º Ciclo do Plano de Ação (2016-2020), ampliando o escopo, as parcerias e as ações.

### **Ampliação e fortalecimento do Programa A3P**

No período de 2010 a 2016, o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) foi estruturado, fortalecido e ampliado, atingindo a marca de 287 instituições com Termo de Adesão à agenda e 600 cadastradas na Rede A3P. A criação dos Selos A3P fortaleceu o Programa, reconhecendo as instituições comprometidas com a responsabilidade socioambiental. A utilização do sistema de monitoramento da A3P auxilia na avaliação do padrão de consumo dos órgãos públicos (federais, estaduais e municipais) e na incorporação do conceito de sustentabilidade pelas instituições. As capacitações presenciais e à distância sensibilizam e habilitam os gestores públicos para a implantação do Programa. Como parte da consolidação da agenda, está em curso o desenvolvimento da Certificação A3P para a Administração Pública.

### **Formação e capacitação de gestores e educadores ambientais**

No âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), foram realizadas ações e processos formativos de Educação Ambiental (EA), presenciais e à distância, para os diversos pú-

blicos das agendas prioritárias do MMA. Foi customizada e disponibilizada na rede de computadores do MMA a Plataforma Moodle de Educação a Distância (AVA), que conta com mais de 30 mil inscritos e 23 cursos estruturados, a serem realizados até o final de 2016. Esses cursos compõem estratégias de transversalização da EA nas políticas de meio ambiente com as ações de Estratégia de EA e Comunicação na Gestão de Resíduos Sólidos – Educares; Estratégia de EA e Comunicação em Unidades de Conservação – Encea; Programa de EA e Agricultura Familiar – PEAAF; e Programa Nacional de Capacitação de Gestores – PNC. Como resultados dessas agendas, destacam-se, ainda, as parcerias firmadas com 15 estados; o fomento a 12 projetos de EA e Agricultura Familiar, com a destinação de R\$ 9 milhões; e a formação de cerca de 20 mil pessoas.

### **Circuito Tela Verde e Salas Verdes**

Na intenção de despertar a consciência da sociedade para a questão socioambiental, por meio do fortalecimento de espaços educadores, foram desenvolvidos o Projeto Salas Verdes e o Circuito Tela Verde. O Projeto Salas Verdes conta com uma rede de 359 instituições, que realizam atividades de educação ambiental em estados e municípios do país. Esses parceiros, além de receberem kits com publicações, são beneficiários dos cursos disponibilizados na plataforma Moodle para a formação em Meio Ambiente e Educação Ambiental. Já o Circuito Tela Verde (CTV) é um projeto que promove reflexões sobre as questões socioambientais, por meio da linguagem audiovisual. Nas suas sete edições, foram selecionados 313 vídeos e realizadas mostras e debates em 9.191 espaços exibidores em todo o Brasil, incluindo TVs públicas, atingindo, em média, 500 mil pessoas por edição.

### **Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente**

Instituído em 2015 pela Portaria Interministerial nº 390, o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA) tem o objetivo de promover e integrar as políticas públicas ambientais garantidas no Estatuto da Juventude. O PNJMA integra o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve), instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Os princípios do Estatuto da Juventude devem orientar a implementação do PNJMA, que é coordenado pelo MMA, tendo como gestores e executores os Ministérios da Educação, das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos, e do Desenvolvimento Agrário. O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) participa do Plano, principalmente no monitoramento e avaliação de suas ações e metas, conforme o Plano de Trabalho, atualmente em processo de validação nos Ministérios.



# REDE DE MULHERES



O MMA incorpora as questões de gênero e políticas públicas para as mulheres em sua área de competência, de forma alinhada com as recomendações das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres. Dessa forma, o Ministério instituiu o Comitê Interno de Gênero, em janeiro de 2008, e apoiou a constituição da Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade, em 2011, com o objetivo de promover compromissos em prol da sustentabilidade e do empoderamento feminino.

## Rede de Mulheres no âmbito do MMA

O MMA busca a incorporação das questões de gênero e políticas públicas para as mulheres, em sua área de competência, em alinhamento com as recomendações das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres. De acordo com os princípios e diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), o MMA instituiu o Comitê Interno de Gênero, por meio da Portaria nº 25, de 23 de janeiro de 2008, republicada em 2012. O Comitê tem a finalidade de contribuir para a elaboração de propostas de ações, realizar estudos técnicos sobre o tema e analisar viabilidades técnico-financeiras para subsidiar a inclusão das questões de gênero e políticas públicas para as mulheres nas áreas de atuação do Ministério.

## Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade

Essa Rede foi constituída, em 2011, por mulheres líderes na gestão executiva de conselhos ou tomadoras de decisão, e em instituições públicas e privadas, com o objetivo de promover compromissos em prol da sustentabilidade e do empoderamento feminino. Em 2012, a Rede lançou a Plataforma 20, durante a Rio+20, documento que trazia ações para promover a construção de um país mais justo, equitativo e sustentável, que reconheça e valorize as mulheres.





# ATUAÇÃO PARLAMENTAR



A atuação parlamentar foi preponderante na defesa dos posicionamentos técnicos do Ministério do Meio Ambiente relacionados às mais variadas proposições legislativas.

As ações de articulação no Congresso Nacional e junto a parlamentares possibilitaram grandes vitórias para a área ambiental, como é o caso da aprovação do novo Código Florestal, em 2012, e da Lei do Patrimônio Genético, em 2014.

## Demarcação das terras indígenas

Em 2013, foi criado o Grupo de Trabalho destinado a debater a questão das terras indígenas, o GTTerras, no âmbito da Comissão de Legislação Participativa. O objetivo era discutir a constitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 215/2000) que, originalmente, tratava sobre a transferência (do Poder Executivo para o Legislativo) da decisão final sobre a demarcação das terras indígenas. Em 2015, mesmo com muitas críticas do setor ambiental, o relatório foi aprovado em Comissão Especial e seguiu para o Plenário da Câmara dos Deputados. Embora ainda exista possibilidade de alteração no texto, articulação coordenada pela Aspar conseguiu retirar da proposta a previsão relacionada às Unidades de Conservação.

## O novo Código Florestal

Depois de quase 13 anos de tramitação, o novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado em maio de 2012. A Lei modificou a normativa anterior em vários artigos e trouxe novidades importantes, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR). O trabalho conduzido pelo MMA teve como princípios fundamentais a preservação das florestas e dos biomas, a produção agrícola sustentável e o atendimento à questão social, sem prejudicar o meio ambiente.

## Prorrogação de prazo para o fim dos lixões

A Medida Provisória nº 651/2014, que ampliou o prazo para a eliminação dos lixões, foi aprovada na Câmara dos Deputados. No Senado, embora também tenha sido aprovada, ocorreu com o compromisso de veto do Poder Executivo ao artigo 107, que prorrogava por oito anos o prazo de extinção dos lixões. A emenda que dava a estados e municípios prazos até 2018 para fechar os lixões, e até 2016 para elaborar os planos estaduais e municipais de resíduos sólidos, foi vetada em novembro de 2014. Razões do veto: “A prorrogação de prazos, da forma como prevista, contrariaria o interesse público por adiar a consolidação de aspecto importante da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Além disso, a imposição de veto decorre de acordo feito no plenário do Senado Federal com as lideranças parlamentares, que se comprometeram a apresentar alternativa para solucionar a questão”.

## Plano de Cargos e Carreiras

O Projeto de Lei nº 6.242/2013 trata do Plano de Cargos e Carreira do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). Para aprova-lo, a Aspar, além da articulação com o relator de cada Comissão, mobilizou a base do governo em favor da admissão da matéria. Após nove meses de negociação, o Projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e remetido ao Senado Federal, onde foi pautado em regime de urgência e encaminhado à sanção presidencial.

## Patrimônio genético

O Projeto de Lei nº 7.735/2014 dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado, repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Na Câmara dos Deputados, houve resistência ao projeto, tanto de parlamentares ligados ao agro-negócio, quanto daqueles ligados às comunidades tradicionais. O texto foi aprovado com divergências e seguiu para tramitação no Senado Federal. Com apoio da base do governo, o Ministério do Meio Ambiente articulou a aprovação dos destaques rejeitados na Câmara dos Deputados. O texto aprovado seguiu para sanção presidencial. O Projeto foi transformado na Lei Ordinária 13.123/2015, sendo parcialmente vetado.

## Plano de Combate à Desertificação

O Projeto de Lei nº 2447 de 2007 institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos e prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação. A articulação da Assessoria Parlamentar foi decisiva para que o projeto fosse aprovado. A pedido da Aspar, o senador Otto Alencar apresentou pedido de urgência para votação do texto em Plenário, considerando a necessidade de aprovar a proposta antes do Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca, em 17 de julho. As negociações foram efetivadas e a proposta foi pautada para o dia seguinte à aprovação na Comissão de Meio Ambiente, ocorrida em 8 de julho de 2015, e posteriormente, sancionada como Lei nº 13.153/2015.

## Estrada-parque Caminho do Colono

O Projeto de Lei nº 7123/2010 alterou a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para criar a categoria Unidade de Conservação denominada Estrada-parque e institui a Estrada-parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu. Em junho de 2011, foi criada uma Comissão Especial, na Câmara dos Deputados, para discutir a matéria. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, declarou ser contrária ao Projeto de Lei e defendeu, junto ao presidente da Comissão, Eduardo Sciarra (PSD/PR), que a aprovação da proposição traz preocupações, pois se trata de uma séria ameaça à integridade do Parque Nacional do Iguaçu. A tentativa de sobrepor ao Parque Nacional uma estrada-parque, como forma de viabilizar a abertura de uma via cortando a unidade de conservação estabelecida, não tem suporte técnico-científico nem constitucional. Notas técnicas da Secretária de Biodiversidade e Florestas (SBF) do MMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), assim como o Parecer Jurídico nº 1.009/2013, apontam, em conformidade com a Constituição Federal, a inconstitucionalidade formal e material do Projeto e seu substitutivo. Em setembro de 2013, o Projeto foi encaminhado para o Senado Federal.



## **Novo projeto de Código de Mineração**

Em relação ao Projeto de Lei nº 37, de 2011, destinado à criação do novo Código de Mineração, embora tenham sido realizadas várias audiências, além da apresentação de relatórios preliminares, nada foi votado. Uma Comissão Especial para discutir o Projeto foi constituída em julho de 2013. No ano seguinte, a Comissão teve uma atuação tímida, com poucas reuniões. Em 2015, foram realizadas diversas audiências e tentativas de voto do relatório apresentado. Com autorização do gabinete da ministra Izabella Teixeira, a Assessoria Parlamentar encaminhou, em setembro, relatório preliminar para a Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O relatório preliminar ainda não foi disponibilizado, mas a Aspar acompanha com atenção a tramitação. O então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), informou que o tema seria colocado em votação com prioridade em 2016. Entre 3 de fevereiro e 4 de maio de 2016, já foram realizadas 38 Sessões Deliberativas (entre Ordinárias e Extraordinárias) e a matéria, no entanto, ainda não foi apreciada pelo Plenário.

## **Resex de Tamoios**

O Projeto de Lei nº 4.119, de 2012, trata da liberação de pesca na Reserva Extrativista (Resex) de Tamoios, no Rio de Janeiro, e sofreu grande pressão para ser aprovado. Com posicionamento contrário ao Projeto, o Ministério do Meio Ambiente obteve êxito em retirá-lo de pauta durante várias reuniões. Em 2015, a Assessoria Parlamentar realizou articulação com o relator da matéria, deputado Daniel Coelho (PSDB/PE), que apresentou relatório pela rejeição da proposta. Uma significativa base de apoio ao voto do relator foi consolidada, o que resultou na rejeição da matéria pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.

## **Espécies da flora ameaçadas de extinção**

O Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2015, tem o objetivo de sustar os efeitos da Portaria MMA nº 443, de 2014. Essa Portaria versa sobre as espécies da flora ameaçadas de extinção, e proíbe a coleta, corte, transporte, armazenamento, manejo, beneficiamento e comercialização de diversas espécies de madeiras. A Assessoria Parlamentar entrou em contato com o deputado Nilson Leitão (PSDB/MT), autor do Projeto, e apresentou os argumentos, destacando a constitucionalidade e a técnica da Portaria. Em reunião com o relator da matéria na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, deputado Rodrigo Martins (PSB/PI), foi acordado que o projeto não seria votado em 2015, considerando as dificuldades que a Comissão enfrentaria para rejeitar a proposta. O relator cumpriu o acordo

e não levou a matéria a julgamento. Foi necessária, também, uma reunião com o presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Átila Lira (PSB/PI), para explicar os prejuízos advindos da sustação da Portaria. O deputado se convenceu com os argumentos e se comprometeu a não pautar o Projeto.

## **Fauna aquática brasileira sob ameaça**

O Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 2015, é de autoria do deputado Alceu Moreira (PMDB/RS) e tem o objetivo de sustar os efeitos da Portaria nº 445, de 2014, editada pelo Ministério do Meio Ambiente, que reconhece como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção, na categoria Peixes e Invertebrados Aquáticos. O autor da proposta foi recebido pelo gabinete da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Na ocasião, foi demonstrada, técnica e juridicamente, a competência do MMA para tratar do tema. Foi informado, ainda, que o painel de estudo foi reaberto para analisar, novamente, as espécies, e que a entrada em vigor da Portaria seria prorrogada para aguardar a finalização desses estudos. O deputado se comprometeu a retirar o Projeto da pauta, caso o MMA apresentasse essas informações aos pescadores do Rio Grande do Sul. O Ministério participou de um evento local e promoveu as devidas explicações. A votação dessa matéria será um dos maiores desafios no ano de 2016.

## **Reservatórios artificiais e seu entorno**

O Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2015, foi proposto com o objetivo de sustar os efeitos da Resolução nº 302/2002/Conama, que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. A Assessoria Parlamentar atuou pela rejeição desse Decreto e realizou conversas com os deputados Sarney Filho (PV/MA), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Ivan Valente (PSOL/SP), Arnaldo Jordy (PPS/PA). Com isso, conseguiu mobilizar uma boa base de enfrentamento da questão. A Aspar também procurou parlamentares de outras comissões, suplentes da Comissão de Meio Ambiente, para conseguir reverter o resultado. Ao final, a Assessoria conseguiu uma grande vitória, quando o parecer do relator foi rejeitado por nove votos a oito.

## **Áreas de Preservação Permanente**

O Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2015, de autoria do deputado Josué Bengtson (PTB/PA), busca sustar os efeitos da Resolução nº 303/2002, do Conama, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente (APP). O parlamentar se justificou dizendo que o “Conama é um órgão consultivo e deliberativo do Sistema

Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e vinculado ao Poder Executivo. Ou seja, o Conama existe para assessorar, estudar e propor ao governo, as linhas de direção que devem tomar as políticas governamentais para exploração e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, e não tem autonomia para legislar”. O Projeto foi encaminhado ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB) no início de julho de 2015 para manifestação em até 20 dias. Ocorre que a área técnica não se manifestou sobre o tema e o Projeto foi pautado no dia 21 de outubro, com parecer do relator Stefano Aguiar (PSD/MG) pela aprovação da proposta, sem qualquer manifestação do Ministério do Meio Ambiente para contrapor os argumentos. A bancada ruralista aproveitou o baixo quórum da Comissão para aprovar o Decreto. A Aspar tentou derrubar a sessão por falta de quórum, mas o relator conseguiu reunir o quórum mínimo, aprovando a proposição. A matéria seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça e aguarda distribuição para o relator.

### **Projeto de Decreto Legislativo nº 117/2015**

Tem o objetivo de sustar os efeitos do Capítulo III, da Instrução Normativa Interministerial nº 001, dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente, na Câmara dos Deputados. Trata-se de eliminar a emissão de Guia de Trânsito de Peixes com Fins Ornamentais, emitida pelo IBAMA, para o transporte de peixes com essa finalidade. Apresentado pelo deputado Cleber Verde (PRB/MA), a proposição foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente, de Agricultura e de Constituição e Justiça. O deputado Roberto Sales (PRB/RJ) foi designado relator na Comissão de Meio Ambiente, mas devolveu o Projeto, sem manifestação, no final da sessão legislativa de 2015. Um novo relator será designado pelo próximo presidente da Comissão. O Ministério do Meio Ambiente tem posicionamento contrário à matéria.

### **Projeto de Decreto Legislativo nº 54/2015**

De autoria do deputado Luiz Carlos Hauly (PSB/PR), a proposição busca sustar os efeitos do Decreto nº 8.437, de 22 de abril de 2015, que regulamenta o disposto no artigo 7º, caput, inciso XIV, alínea “h”, e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que estabelece as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União. O Ministério do Meio Ambiente entrou em contato com o deputado e solicitou uma reunião com participação da Consultoria Jurídica do MMA. A proposta, no entanto, não foi votada em 2015 e, após sua apreciação pela Comissão de Minas e Energia, retornará à Comissão de Meio Ambiente.

### **Ameaça à Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo**

O Projeto de Lei nº 258, de 2009, de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), altera a categoria da Unidade de Conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo, e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, nos municípios de Altamira e Novo Progresso, no estado do Pará. O senador Ivo Cassol (PP/RO) apresentou relatório pela aprovação da proposta. No texto, informou que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) teria apresentado manifestação favorável à proposição. No entanto, o ICMBio sempre sustentou opinião contrária ao Projeto. Além da elaboração de notas técnicas, o Instituto também se posicionou contra essa proposta em audiências públicas. A Assessoria Parlamentar entregou a todos os senadores uma cópia da Nota Técnica e do ofício do presidente do ICMBio confirmando posicionamento contrário à matéria.





# ATUAÇÃO INTERNACIONAL



Os últimos sete anos foram marcados pelo diálogo com países e organismos doadores, por meio da identificação e caracterização dos interesses e prioridades nacionais na área ambiental. Algumas dessas experiências dão a dimensão da mudança de paradigma que passou a ser adotada pelo MMA na relação de cooperação técnica com países doadores ou organismos internacionais. ┘

## **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 – participação da ministra em painéis da ONU**

Em 31 de março de 2011, a Assembleia Geral da ONU adotou a Resolução nº 64/236, proposta pelo governo brasileiro, que previu a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), celebrada em junho de 2012. O conceito de desenvolvimento sustentável consagrou-se na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Rio-92). A Rio+20 renovou o compromisso político com o desenvolvimento sustentável a partir da avaliação e dos avanços de temas novos e emergentes. Os pontos principais que orientaram os debates da Conferência foram a promoção do desenvolvimento sustentável, reconhecendo a economia verde como uma das estratégias para alcançar a erradicação da pobreza como prioridade absoluta.



## **Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – UNCCD**

No que diz respeito ao combate à desertificação, o Brasil tem tido um papel de destaque e protagonismo nas iniciativas relacionadas à Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e à Mitigação dos Efeitos da Seca (UNCCD), especialmente com programas e ações de convivência com o semiárido. Desde 2010, o Brasil participou de três Conferências das Partes: COP 10 (2011), na Coreia; COP 11 (2013), na Namíbia; e COP 12 (2015), na Turquia.

O Brasil tem tido um importante papel de liderança na coordenação de estratégias sub-regionais de combate à desertificação, como no caso do MERCOSUL e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

## **Convenção de Ramsar sobre Zonas Úmidas**

A Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, mais conhecida como Convenção de Ramsar, realizou desde 2010, duas COPs: a 11ª COP em Bucareste (Romênia) e a 12ª em Punta del Este (Uruguai).

## **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e Assembleia Ambiental das Nações Unidas (Unea)**

Por ocasião da Rio + 20, a comunidade internacional, com o firme apoio do Brasil, decidiu fortalecer e aprimorar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), principal instância do Sistema das Nações Unidas (ONU) que acompanha a temática ambiental.

O MMA participou ativamente das negociações da Assembleia Geral da ONU, para criar a Assembleia Ambiental das Nações Unidas do PNUMA (UNEA), a qual representa atualmente o corpo de mais alto nível de decisão mundial sobre o meio ambiente, no âmbito da ONU, e está subordinada ao Fórum Político de Alto Nível (HLPF), encarregado pela implementação da Agenda 2030. O PNUMA tem dado foco estratégico ao debate ambiental e apoia uma série de projetos e atividades no nível nacional, sub-regional e regional.

A importância estratégica que o MMA atribui ao Programa está refletida na participação sistemática e de alto nível do ministério, nas últimas reuniões do Foro Regional, assim como no Foro Global de Ministros de Meio Ambiente / Conselho de Administração do PNUMA e, recentemente, com a alteração da designação desse Conselho, na primeira sessão da UNEA – UNEA-1, em junho de 2014.



## **Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)**

A Convenção sobre Diversidade Biológica sempre teve, para o MMA, um peso diferenciado em relação a outros acordos multilaterais ambientais. Essa importância foi sinalizada pelo contínuo protagonismo da delegação brasileira, durante as Conferências das Partes da CDB, em Curitiba (2006), quando, por iniciativa brasileira, foram lançadas as negociações sobre acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios.

Semelhante protagonismo reproduziu-se em Nagoya, no Japão, em 2010, quando a delegação do Brasil, conduzida pela ministra Izabella Teixeira, liderou as negociações para a adoção de um Plano Estratégico, composto por 20 objetivos para deter o ritmo alarmante de desaparecimento das espécies. No âmbito internacional, o Brasil defendeu que aquele Plano Estratégico contivesse metas ambiciosas, porém tangíveis, acompanhadas da definição de estratégia adequada de mobilização de recursos.

Nessa linha, durante a Reunião de Alto Nível sobre Diversidade Biológica, promovida em 2010, a ministra defendeu que o regime de ABS, o Plano Estratégico e a Estratégia de Mobilização de Recursos fossem vistos como um “pacote” nas negociações da COP10, como forma de garantir a implementação equilibrada dos objetivos da Convenção. Em Nagoya, a participação brasileira foi reconhecida como fator determinante para a aprovação do Protocolo (que foi aprovado).

Entre os elementos considerados importantes para o País, que foram contemplados naquele acordo, destacam-se: consentimento prévio informado – PIC mediante termos mutuamente acordados – MAT com as comunidades indígenas e locais; certificado internacionalmente reconhecido, com revelação da origem do recurso genético e/ou do conhecimento tradicional associado (“disclosure”); inclusão dos derivados de recursos genéticos (“derivatives”) no escopo do regime internacional; reconhecimento da soberania dos países de origem (“country of origin”) sobre seus respectivos recursos naturais; acesso e transferência de tecnologia.

Em 2015, o País se destacou mais uma vez pela aprovação da Lei de Biodiversidade, a Lei nº 13.123, de 2015, sobre Acesso ao Patrimônio Genético, os Conhecimentos Tradicionais e a Repartição Justa e Equitativa de Benefícios, cuja regulamentação está em processo de consultas públicas, este ano.

## **Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES)**

O Brasil enviou delegação à 16ª COP da CITES, realizada em 2013,

na Tailândia. A campanha brasileira foi decisiva para que espécies marinhas (tubarões e arraias) tenham sido incluídas nos anexos da CITES, fato inédito na história da Convenção. A Assessoria Internacional trabalha em proximidade com as várias áreas envolvidas com os temas da Convenção (SBF, Ibama, ICM-Bio), com o objetivo de definir as propostas apresentadas à COP e auxiliar o MRE na consolidação da posição brasileira.

## **Áreas Protegidas**

Em 2015, houve a Conferência sobre Florestas, Clima e Biodiversidade. Na ocasião, foi assinado o projeto de cooperação financeira “Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), Fundo de Transição – ARPA para a Vida”, entre o grupo bancário KfW e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), que concede ao beneficiário uma contribuição financeira não reembolsável de até EUR 31.704.839,77, para a implementação de atividades de criação, consolidação e manutenção de unidades de conservação, com recursos do orçamento federal da Alemanha.

O Programa ARPA ganhou reconhecimento internacional por se tratar do maior programa de áreas protegidas do mundo e está, agora, em período de conclusão da segunda fase e de preparação para o início da terceira. O programa atingiu uma maturidade que permitiu que o Brasil e os parceiros do ARPA promovessem esforços para o alcance dos objetivos finais em termos de escala e de compromisso a longo prazo para a sustentabilidade financeira das Áreas Protegidas.

## **Brasil, África do Sul, Índia e China (BASIC)**

O grupo formado por Brasil, África do Sul, Índia e China tem sido importante foco de articulação e discussão no âmbito da UNFCCC, do qual o MMA tem participado ativamente. O grupo compartilha visões e perspectivas semelhantes no processo negociador e tem-se reunido regularmente a fim de discutir os principais tópicos da agenda negociadora sobre mudança do clima.

A atuação destacada durante a 21ª COP, em Paris, permitiu a defesa do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e da necessidade de incremento significativo de contribuições financeiras por parte dos países desenvolvidos e fortalecimento do Fundo Verde para o Clima (GCF).

## **Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF)**

O Brasil comprometeu-se a doar USD 5,1 milhões para o período de 2014-2018, o que coloca o país em segundo lugar entre os doadores de países em desenvolvimento, atrás apenas da China. Esta cifra representa aumento de, aproximadamente, 15% em relação à recomposição anterior.

Além das áreas focais do STAR (clima, biodiversidade e uso do solo), o GEF também investe em águas internacionais, químicos e uso sustentável das florestas. A carteira brasileira tem 57 projetos nacionais e 41 projetos regionais ou globais. No período entre 2014-2016, cinco projetos nacionais, seis regionais e globais foram aprovados pelo GEF, que representam, em média, 70% destinado para o País.

## **Convenção de Minamata sobre mercúrio**

O Brasil teve um papel relevante na negociação e aprovação da convenção, participando com uma delegação muito atuante na discussão que alcançou o objetivo esperado. Em novembro de 2014, a presidenta da República encaminhou proposta de decreto de ratificação daquele instrumento internacional, referendada pelo MRE, MMA, MS, MME e MDIC para análise do Congresso

Nacional. O processo ainda está sob análise.

No que diz respeito aos avanços nacionais, o Brasil deu início ao “Projeto para o Desenvolvimento de Avaliação Inicial para a Convenção de Minamata”, com recursos do GEF. O objetivo do projeto é a elaboração de um inventário de mercúrio no Brasil, incluindo emissões e liberações desse metal. Os recursos do programa totalizam 4 milhões de dólares (1 milhão do GEF e 3 milhões de contrapartida nacional).





# FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL



De 2011 a 2015, o MMA formulou o seu Plano de Gestão Estratégica e implementou um novo modelo de gestão do conhecimento. Nesse período, 556 servidores efetivos do Ministério concluíram cursos de capacitação e 262 participaram de programas de incentivo, que inclui graduação, pós-graduação e línguas estrangeiras, dos quais 43 fora do país. Os programas proporcionaram o aperfeiçoamento do quadro, reunindo 23 pós-graduandos.

## **Construção e implementação do planejamento estratégico**

Por meio de amplo processo participativo de dirigentes e servidores, o MMA definiu sua missão, visão, diretrizes, valores e objetivos estratégicos, com horizonte temporal de 2014 a 2022. Em 2014, o MMA definiu o processo de construção do planejamento, sendo estruturado em cinco etapas: 1) Plano Estratégico e Mapa Estratégico; 2) Indicadores e Metas; 3) Iniciativas Estratégicas; 4) 1ª Reunião de Análise Estratégica (RAE); 5) Alinhamento dos processos de gestão à estratégia.

## **Implantação do modelo de gestão**

Com o objetivo de garantir que a estratégia seja implementada, um novo modelo de gestão foi colocado nas rotinas de monitoramento e acompanhamento do Ministério. Reuniões trimestrais de avaliação da estratégia (RAE) foram previstas para que os dirigentes pudessem reportar os avanços, problemas e soluções. Até o momento, oito RAEs foram realizadas. O modelo de gestão ainda prevê reuniões trimestrais de fóruns temáticos (finalísticos e de processos), espaço em que os responsáveis pelos indicadores e iniciativas estratégicas reportam avanços e desafios para a execução dos projetos definidos no Plano. Os resultados desses fóruns servem de subsídios às RAEs e se configuram como espaço de diálogo e integração interna da instituição. Em 2015, foi elaborado o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 vinculado ao Mapa Estratégico do MMA. Em 2016, houve a primeira revisão do processo de monitoramento dos objetivos estratégicos.

## **Revisão do Planejamento Estratégico**

### **Gestão para Resultados 2014-2022**

Em 2015, o MMA iniciou o processo de revisão de suas iniciativas estratégicas, em curso em 2016. A nova forma de revisão dos projetos permitiu uma melhor compreensão e comunicação dos resultados a serem alcançados em cada iniciativa estratégica. Além disso, cerca de 22 indicadores, dos três objetivos estratégicos finalísticos, já foram elaborados pelas unidades do MMA.

## **Construção e implementação do Plano Plurianual 2012-2015**

O MMA participou, diretamente, de seis programas temáticos, além de ser responsável por metas e objetivos em outros programas (2018, Biodiversidade; 2036, Florestas e Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Florestais; 2045, Licenciamento e Qualidade Ambiental; 2050,

Mudanças Climáticas; 2026, Conservação e Gestão de Recursos Hídricos; e, 2067, Resíduos Sólidos). A estratégia de monitoramento e avaliação do Plano Plurianual (PPA) teve de acompanhar a execução de cada programa do qual o Ministério e suas entidades vinculadas participavam. Dentre as etapas do Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, constam a realização da reunião do MPOG com os secretários executivos dos Ministérios (em 2/12/2015) e as reuniões técnicas realizadas nos dias 7 a 11/12/2015.

O prazo para o preenchimento do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) pelos Ministérios foi de 23/11/2015 a 15/2/2016. A elaboração dos textos por programa temático pela SPI/Ministério do Planejamento foi validada pelos Ministérios até 22/2/2016 e o prazo para a consolidação do Relatório Anual de Avaliação pela SPI/MP com o envio ao Congresso Nacional até o dia 31/3/2016. A CGU estabeleceu diretrizes e prazos adicionais aos programas temáticos (no caso do MMA, Programa 2018, Biodiversidade), analisados no âmbito da PCPR 2015 para o dia 15/1/2016, sendo o prazo estipulado pelo MP até 13/1/2016, com cobrança realizada à SBF pelo CGPI/DGE por meio dos Memorandos nº 147 (SBF) e 148 (SEDR) de 23/12/2015, para preenchimento dos seus respectivos indicadores no Siop. Essas cobranças acontecerem por e-mail e por intermédio do Memorando nº 149/DGE/Secex, à CGGO/Spoa/Secex/MMA no dia 23/12/2015.

## **Construção e Implementação do Plano Plurianual 2016-2019**

Em 2015, o MMA deu um importante passo na gestão, quando decidiu alinhar o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 ao Plano Estratégico 2014-2022. Essa estratégia permitiu elencar as prioridades definidas pelo órgão, agora refletidas tanto pelo PPA como no Plano Estratégico de médio e longo prazo. O PPA 2016-2019 se estruturou em programas temáticos, que possuem objetivos, metas e iniciativas que refletem a realidade da implementação das políticas públicas, na forma como são reconhecidas pelo governo e pela sociedade, e consistentes com os recursos previstos até 2019. São quatro eixos e 28 diretrizes estratégicas, somando um total de 54 programas temáticos, com 562 indicadores, 303 objetivos, 1.118 metas e 2.860 iniciativas, com suas respectivas ações orçamentárias ligadas a cada um dos objetivos estipulados.

Em função da abordagem do Plano Plurianual 2016/2019, o MMA participou, diretamente, de quatro Programas Temáticos: 2078, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade; 2050, Mudança do Clima; 2083, Qualidade Ambiental; e 2084, Recursos Hídricos. De outros ministérios: 2077, Agropecuária Sustentável; 2021, \*Ciência, Tecnologia e Inovação;



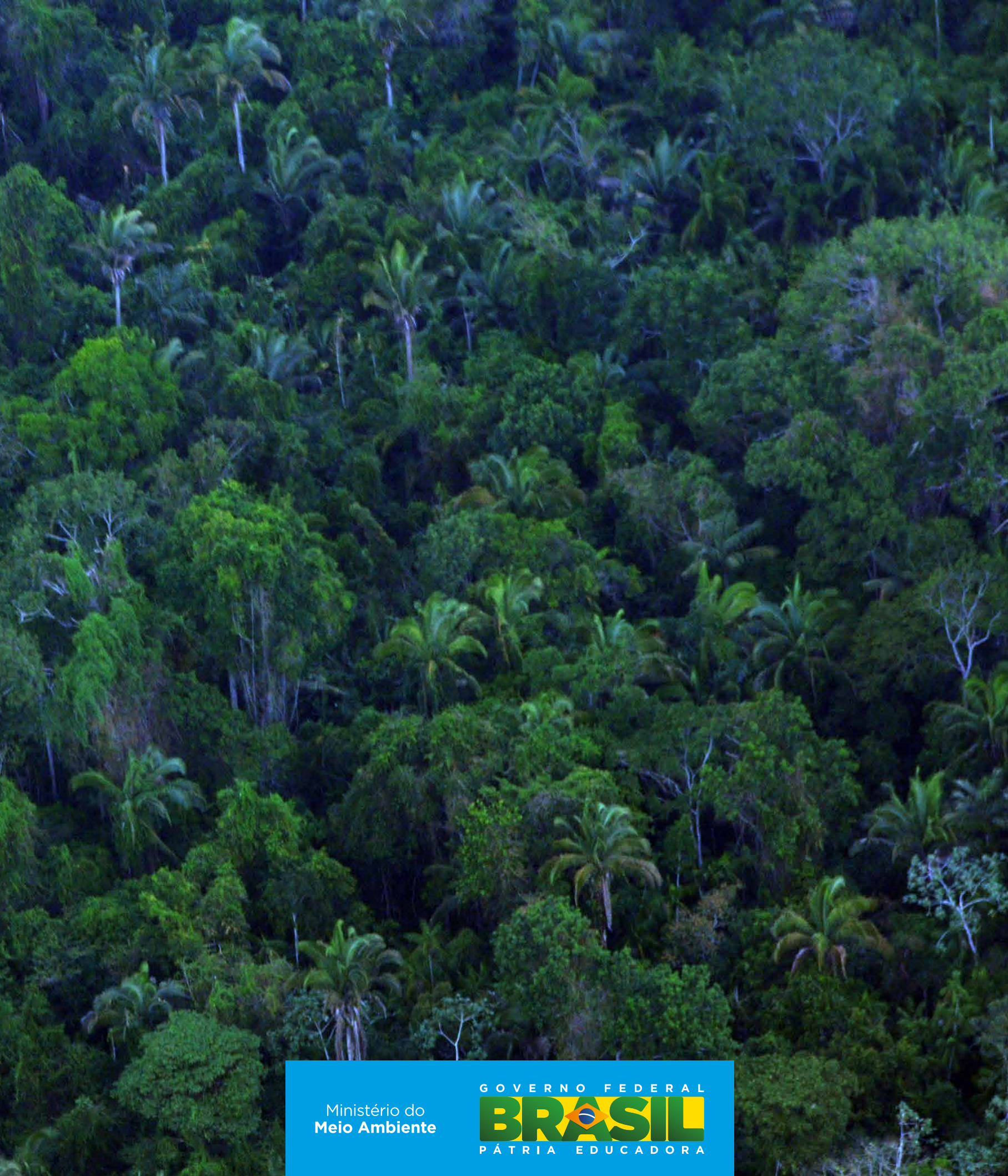
2038, Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública; 2029, Desenvolvimento Regional e Territorial; 2080, \*Educação de Qualidade para Todos; 2046, Oceanos, Zona Costeira e Antártica; 2053, Petróleo e Gás; 2044, Promoção dos Direitos da Juventude; 2065, Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas; 2069, Segurança Alimentar e Nutricional (\*programas que contêm apenas ações orçamentárias do MMA). O PPA 2016-2019 foi instituído pela Lei nº 13.249, de 13/1/2016.

## Implementação da gestão do conhecimento

Em novembro de 2014, iniciaram-se os trabalhos de implantação do Sistema de Gestão do Conhecimento (Biosfera), por meio de uma solução integrada de suporte à comunicação e gestão corporativa (Contrato Administrativo nº 30/2014). Essa ferramenta é fruto do Planejamento Estratégico, citado no eixo Processos Internos, do Mapa Estratégico, tema Processo Estruturante. O objetivo do MMA foi implementar um sistema de gestão do conhecimento com a finalidade de modernizar o processo de comunicação interna e de gerenciamento das informações e conhecimentos corporativos, alcançando o atendimento de sua missão com maior excelência. O lançamento oficial da Biosfera aconteceu no MMA em 16/4/2015. A migração da intranet, do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), ocorreu em 22/10/2015.







Ministério do  
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA